

EVOLUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS

1. INTRODUÇÃO

Assiste-se hoje a uma mudança de paradigma das políticas regionais, a qual é fruto, por um lado, da globalização e da entrada no mercado mundial de novos países com capacidades humanas relevantes e baixos custos do trabalho e, por outro lado, das dificuldades orçamentais que atingem vários países desenvolvidos, nomeadamente da União Europeia.

Deste modo, durante décadas as políticas regionais assentaram no paradigma da equidade que influenciou políticas assistencialistas que visavam promover níveis mínimos de acesso dos cidadãos ao bem-estar, independentemente do local da sua residência, e preconizavam que a dotação dos espaços menos desenvolvidos com diversos tipos de amenidades urbanas e com acessibilidades constituía um factor de valorização capaz de servir para atrair actividades produtivas.

A experiência veio revelar que, embora tratando-se de condição necessária, essa dotação não era condição suficiente, pelo que na generalidade dos casos as disparidades territoriais no domínio das actividades produtivas não se reduziram, pelo menos ao nível desejável, que era o de os territórios menos desenvolvidos adquirirem sustentabilidade de mercado, libertando-se da dependência dos fundos públicos.

Nas condições actuais de competição intensa entre economias, que o futuro deverá acentuar, o paradigma da política regional tem vindo a deslocar-se para o eixo da competitividade. Nesta nova perspectiva o território constitui uma dimensão da própria competitividade e a solidariedade entre territórios só tem sustentabilidade se for geradora de competitividade para os territórios menos desenvolvidos, não apenas em termos dos factores materiais (dotação de bens públicos), mas especialmente em termos da valorização de recursos humanos e da geração de iniciativas empresariais com possibilidades de sucesso em mercado aberto.

Com o presente trabalho procura-se estabelecer uma caracterização da situação espacial da economia portuguesa actual, após cerca de 20 anos que se caracterizaram por esforço acentuado em termos de políticas que, com largos apoios nos fundos comunitários, visavam promover a convergência real da economia nacional em relação ao conjunto da União Europeia, e promover uma maior coesão territorial interna. Não cabendo no âmbito deste trabalho proceder à avaliação dos efeitos das políticas seguidas na prossecução de um e outro daqueles objectivos, procura-se aqui determinar em que medida a situação actual representa algum progresso em termos de maior equilíbrio territorial adquirido nos dez últimos anos, seja no plano da equidade, seja também no plano competitividade. Este relatório reporta-se, assim, a um período de referência que se situa entre 1995 e o ano mais recente que, em cada caso, as estatísticas permitem utilizar.

Deste modo a segunda secção deste trabalho ocupa-se das variáveis que podem sinalizar a situação e evolução do país no que se refere à competitividade das suas regiões e sub-regiões. Na terceira secção faz-se o mesmo no que se reporta a variáveis indiciadoras da coesão inter-regional. Na quarta secção estabelece-se um retrato evolutivo sintético da equidade, da competitividade e do desenvolvimento global no país. Na quinta secção apresenta-se um conjunto de conclusões que procura sublinhar os aspectos essenciais da situação actual e da respectiva evolução, bem como apontar alguns sinais actuais de transformação positiva.

2. AS ESTRUTURAS ECONÓMICAS ESPACIAIS: CARACTERIZAÇÃO E NÍVEIS DE DISPARIDADE TERRITORIAL

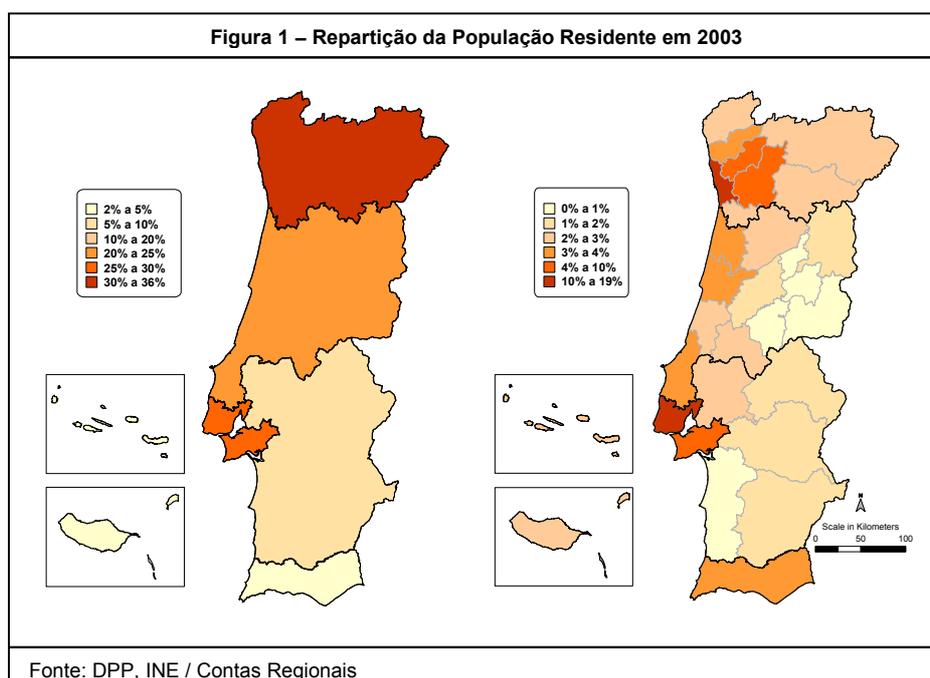
2.1. A estrutura espacial da actividade produtiva: níveis de disparidade espacial no sistema produtivo

É sabido que o país apresenta uma estrutura de distribuição da população¹ muito concentrada nas regiões Norte, Centro e Lisboa (no total 84% da população) e nas NUT III do litoral (ao todo 72% da população, da qual 38% está na Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal, que correspondem respectivamente a 57,2% e a 3,7% da superfície). As figuras 1 e 2 mostram-nos a forte concentração da população nas sub-regiões litorais, e a evolução que, ainda que pouco acentuadamente, favoreceu essas sub-

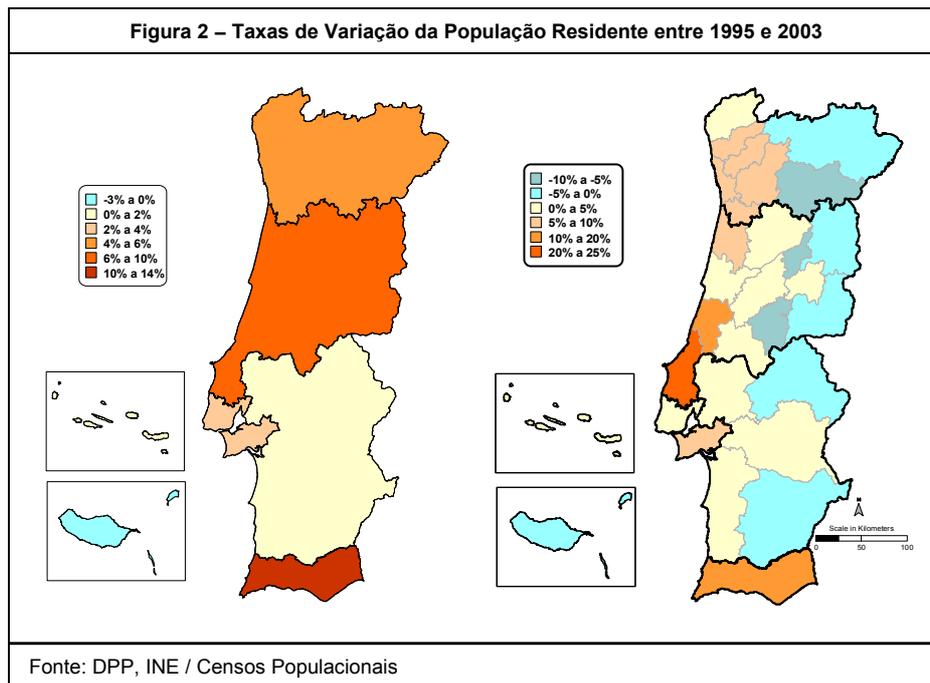
¹ Dados de 2003.

regiões, embora a nível global a evolução das disparidades tenha diminuído ligeiramente a nível de NUT II e aumentado ligeiramente a nível de NUT III².

Se é certo que entre 1995 e 2003 o país registou um acréscimo de cerca de 400 mil residentes (4%), devido principalmente à imigração, tal acréscimo não teve reflexos de sinal positivo em todas as regiões e sub-regiões, destacando-se no caso das sub-regiões o facto de todas as NUT III do Interior, desde o Norte até ao Alentejo, terem registado quebras de população ou crescimentos quase nulos, assim como a Madeira e os Açores (veja-se a figura 2), destacando-se pelo crescimento mais acentuadamente positivo, o Oeste, Algarve, Pinhal Litoral e Península de Setúbal.



² No primeiro caso o coeficiente de localização diminuiu de 0,37 para 0,365, e no segundo caso aumentou de 0,494 para 0,502.



Certamente que se a aglomeração da população (na medida em que corresponda a uma rede urbana desequilibrada) é geradora de dificuldades na promoção da equidade territorial, é sabido que é propiciadora de economias de aglomeração (nomeadamente economias de urbanização) as quais constituem uma fonte de competitividade territorial e das actividades que se exercem nas aglomerações. Todavia, a dimensão da aglomeração não pode ser, naquela perspectiva, isolada da qualidade da aglomeração, pelo que não são lineares, mesmo em termos de competitividade, as vantagens resultantes dos níveis de aglomeração urbana atingidos no país.

Naquela ordem de ideias, se nos situarmos no plano europeu, os grandes aglomerados nacionais apresentam ainda dimensões modestas, sobretudo se essas dimensões não se reduzirem à dimensão populacional mas se definirem de forma multidimensional, tendo em conta todos os elementos que lhes conferem visibilidade e competitividade internacional. É assim que, de acordo com uma hierarquia de cidades estabelecida num estudo recente³ envolvendo as cidades da UE15 com mais de 200 mil habitantes, Lisboa surge no terceiro

³ ROZENBLAT, C., CICILLE, P., (2003).

escalão (metrópole europeia⁴), enquanto o Porto surge no 5º escalão (grandes cidades com potencial europeu⁵), posições que são todavia francamente mais frágeis quando nos reportamos a algumas variáveis decisivas em termos de competitividade, como são os indicadores de produção científica e tecnológica.

Entretanto é notória a dinâmica populacional positiva registada por várias cidades com pelo menos 10 mil habitantes, nomeadamente do Interior, entre 1991 e 2001, como se pode ver pela figura 3. Esta dinâmica populacional urbana no Interior teve reflexos importantes nas Taxas de urbanização à escala dos 10.000 habitantes em várias das suas sub-regiões (ver figura 4), mas não teve dimensão suficiente para se reflectir em taxas positivas de crescimento populacional das NUT III respectivas⁶. Trata-se assim de um fenómeno de urbanização da população que foi obtido predominantemente à custa da deslocação da população rural do próprio concelho e da população de concelhos limítrofes que, como veremos adiante, se sustentou amplamente no crescimento do emprego e do rendimento nos serviços públicos.

Todavia, nalguns casos (sobretudo do centro e sul do país) trata-se de cidades situadas sobre os principais eixos rodoviários de ligação a Espanha e/ou já inseridas numa área de influência alargada das grandes regiões metropolitanas (em especial de Lisboa, com reflexos evidentes, por exemplo, em Évora), pelo que isso não deixa também de reflectir uma certa dinâmica de localização de actividades mercantis de âmbito supra-local, mas cuja amplitude não chegou, como veremos adiante, para se reflectir em mudanças significativas de especialização produtiva ao nível das respectivas NUT III e gerar economias de urbanização relevantes.

⁴ Posição que não tinha no estudo similar realizado em 1989, e que ocupa a par de cidades como Berlim, Munique, Barcelona, Bruxelas, Viena, Estocolmo e Roma.

⁵ Posição que também não tinha no estudo de 1989, e que ocupa a par de cidades como Estugarda, Hanóver, Manchester, Roterdão, Bilbao, Sevilha, Nápoles e Turim, entre outras.

⁶ Como vimos anteriormente.

Figura 3 – Taxas de Variação da População entre 1991 e 2001 nos Centros Urbanos com pelo menos 10 mil habitantes, por concelho

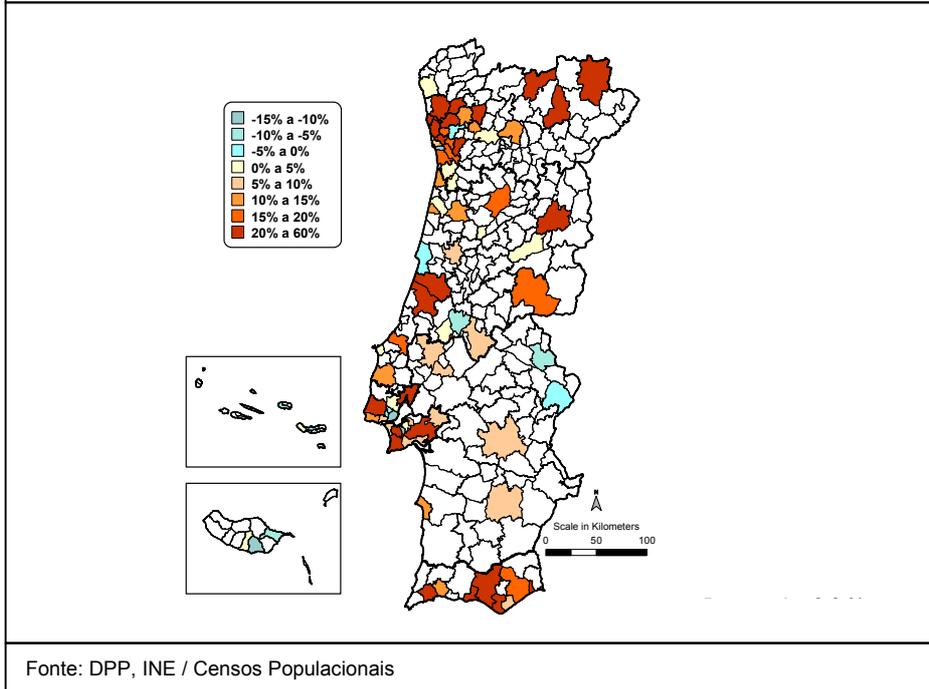
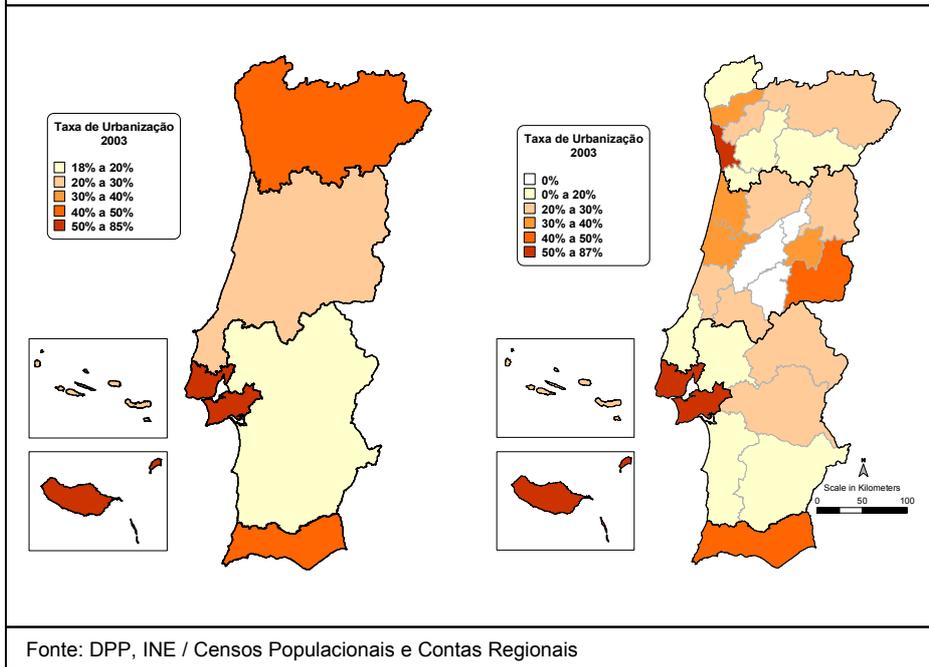


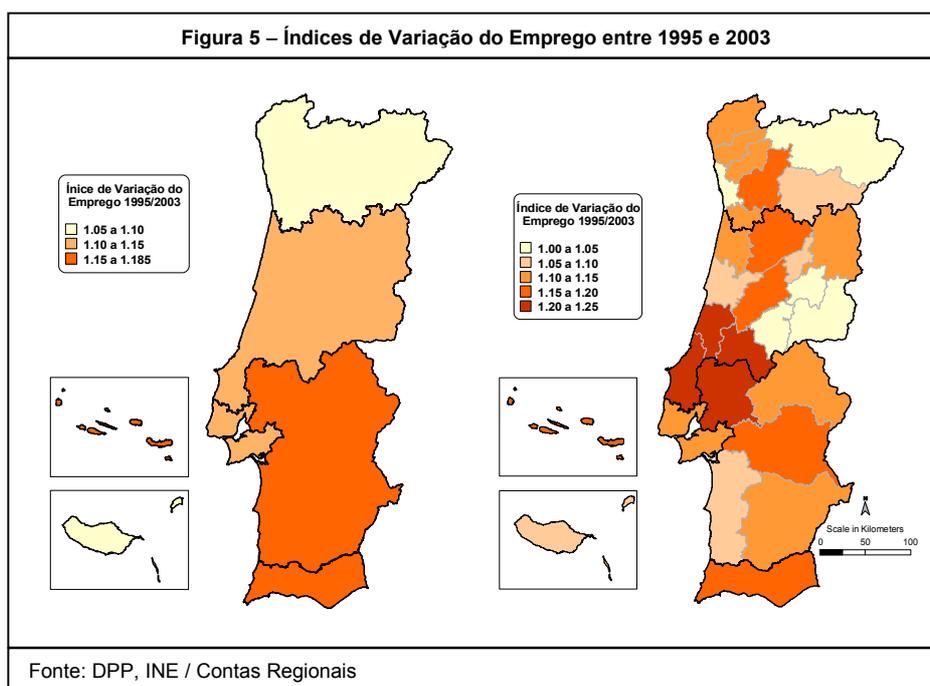
Figura 4 – Taxas de Urbanização em Centros Urbanos com mais de 10 mil habitantes em 2003



A distribuição do Emprego assume uma estrutura espacial, muito próxima da da população, com fortes incidências no litoral e especialmente no Norte. Regista-se assim uma forte concentração na Grande Lisboa e no Grande Porto. No entanto a primeira distingue-se da segunda por um efeito de polarização mais acentuado, visível no facto de a relação entre os pesos regionais no Emprego e na População activa potencial⁷ ser maior.

Entre 1995 e 2003 na generalidade das NUT II e NUT III registaram-se taxas de crescimento do emprego positivas, todavia globalmente no Norte e em várias NUT III do Interior norte e centro, no Grande Porto, Baixo Mondego e Alentejo Litoral, há uma clara desaceleração do crescimento do Emprego que se reflecte em Índices de crescimento do emprego inferiores à média nacional (1,12). Veja-se a figura 5.

Em 2003 a população com 12 ou mais anos de escolaridade representava cerca de 20% da População activa potencial. Relativamente a 1995, em que aquele indicador ascendia apenas a 13%, isso significa um crescimento de 56% que se reflecte no Capital humano, tanto mais quanto, tendo havido um acréscimo populacional de cerca de 400 mil residentes, tal acréscimo não é apenas relativo mas também absoluto.



⁷ Definida aproximadamente com a população do escalão etário dos 15 aos 64 anos.

Tomando aquela variável como um indicador indirecto do Capital humano, podemos verificar que as suas incidências no território são muito desiguais, quer a nível das NUT II, quer sobretudo a nível das NUT III. Deste modo, se em Lisboa aquele indicador corresponde a 30% (1,5 vezes a média nacional) e no Algarve está ligeiramente acima dessa média (21%), no resto das NUT II situa-se em valores à volta de 0,8 vezes a média nacional (16%) e nos Açores assume mesmo o valor de 13% (0,65 vezes a média nacional).

Em termos de NUT III, apenas a Grande Lisboa (31,7% correspondendo a 1,6 vezes a média), a Península de Setúbal (25,4 % e 1,3), e o Grande Porto e o Baixo Mondego (cada um com 24% e 1,2), assumem valores acima da média. Os piores resultados são apresentados pelo Tâmega (9%) e pelo Pinhal Interior Norte (12%) e Sul (11%), sendo que na maior parte do Norte e no sul do Alentejo, os valores se situam abaixo da média com valores à volta dos 14 a 15%. As restantes NUT III (formando uma coroa à volta do coração florestal do país) situam-se em valores na casa dos 16 a 17%.

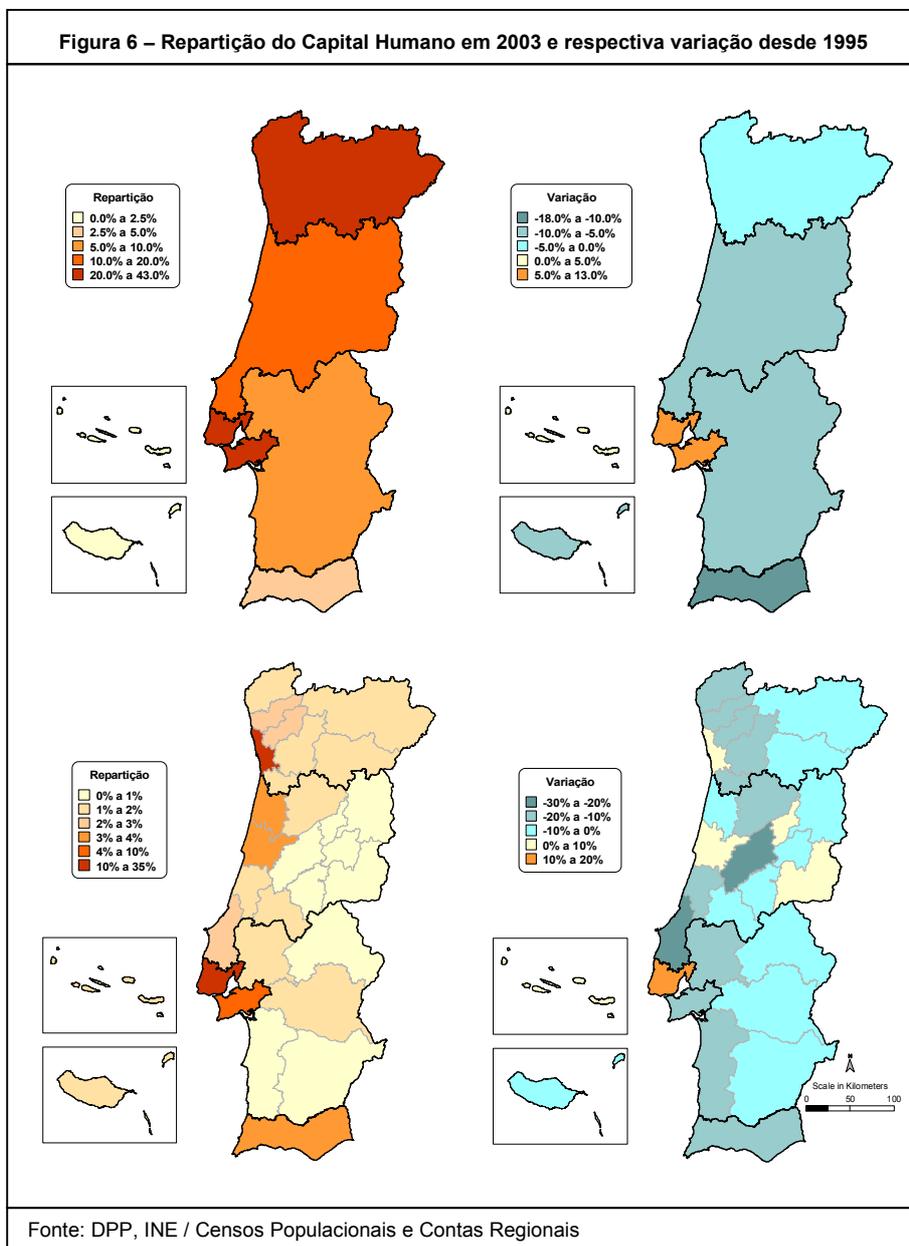
Salienta-se, no entanto, que a situação de 2003 reflecte um progresso significativo neste indicador relativamente a 1995, com maior crescimento das regiões NUT II e III menos avançadas, o que se reflecte na diminuição das assimetrias globais, a nível de NUT II, de 0,162 para 0,122 e, a nível de NUT III, de 0,198 para 0,149.

Como veremos adiante, a este processo de convergência não foi alheio o Emprego público, nomeadamente no que se refere à expansão das redes de ensino (em particular o superior) e de saúde. Todavia a convergência ocorrida, como veremos de seguida deveu-se também ao processo de despovoamento das NUT mais periféricas. Efectivamente a análise da estrutura inter-regional do Capital humano (figura 6) mostra-nos elevados níveis de concentração espacial em 2003 e uma evolução comparativa a 1995 que favoreceu as maiores aglomerações, com decréscimo de quota em quase todas as restantes NUT.

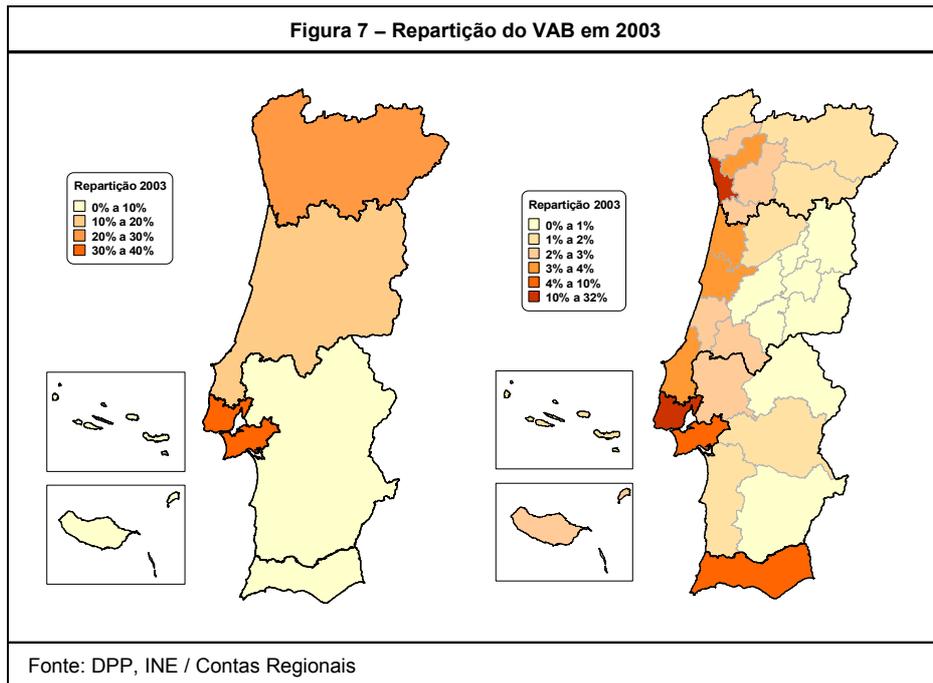
A distribuição do VAB pelas NUT II e III (figura 7) apresenta elevados níveis de concentração, com fortes incidências no Norte e Lisboa, e dentro daquelas NUT III, no Grande Porto e Grande Lisboa, as únicas que têm taxas de incidência com dois dígitos. Em termos das próprias variações do VAB (figura 8), enquanto no primeiro período, em que o Índice de variação do VAB nacional foi de 1,17, as mudanças de estrutura resultam de variações diferenciadas mas todas positivas, no segundo período, em que o índice de variação do VAB nacional foi de 1,07, as mudanças de estrutura resultam de variações positivas diferenciadas, mas também de variações negativas, nos casos do Grande Porto e Península de Setúbal.

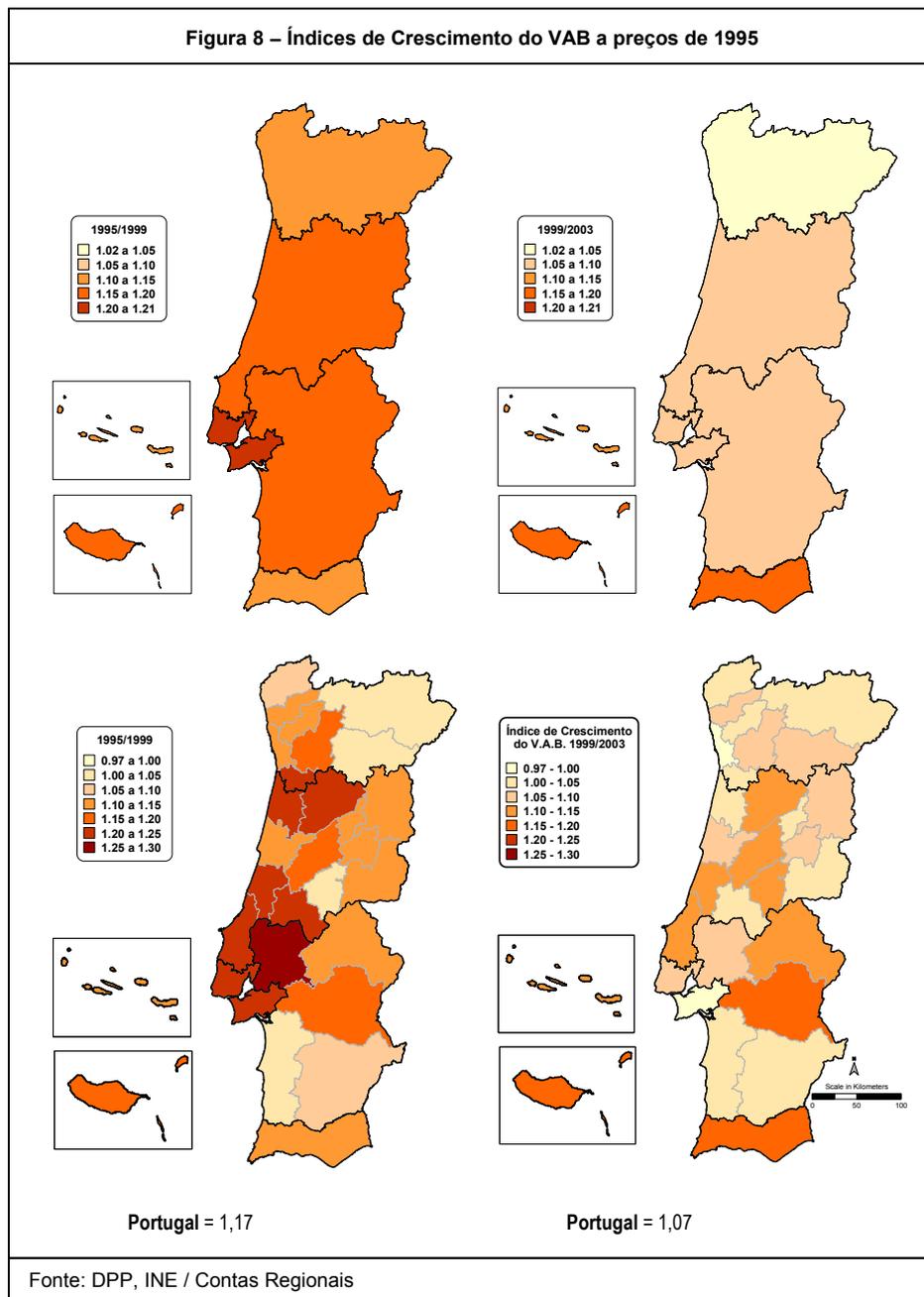
Deste modo, no período de aceleração do crescimento acentuou-se a concentração, e no período de desaceleração sucedeu o contrário. Este fenómeno aparentemente revela que os efeitos difusores territoriais são escassos nos períodos de maior crescimento, e que nos períodos de menor crescimento os sectores não transaccionáveis, externa e internamente

(os bens e serviços locais), revelaram melhor resistência⁸. A análise da evolução do sector público, na secção seguinte, ajuda a compreender este fenómeno que, em Portugal, não é específico do período agora em análise.



⁸ Certamente em função do endividamento.





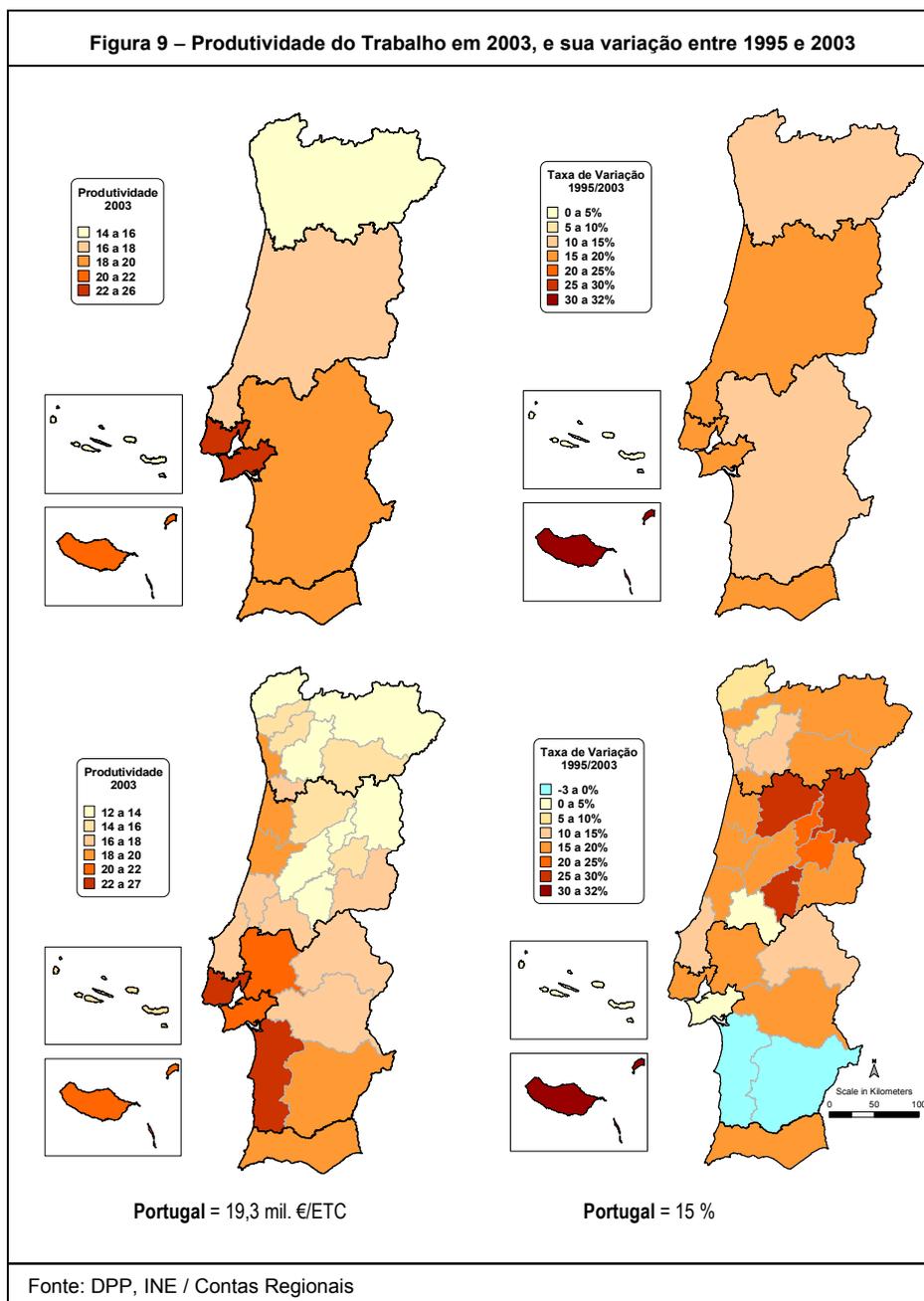
Os mapas da Produtividade do trabalho relativos a 2003 (figura 9) mostram que apenas Lisboa e a Madeira superam a Produtividade média nacional de 19,3 mil euros⁹ por equivalente a tempo completo (ETC), e que as regiões Açores e Norte são as que mais se distanciam negativamente da média (15 e 16 mil € por ETC), ficando o Algarve e o Alentejo próximos da média. A nível de NUT III o cenário é mais contrastado, revelando a posição verdadeiramente periférica do Norte, em que mesmo o Grande Porto apenas se encontra ao nível da média, comparativamente às posições muito acima da média da Grande Lisboa e do Alentejo Litoral, e ainda acima da média da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo. As NUT III acima do Grande Porto, do Norte Interior e de quase todo o Centro Interior apresentam níveis de Produtividade inferiores a 70% da média nacional.

Comparativamente a 1995, a nível das NUT II destaca-se o fraco desempenho do Norte, do Alentejo e, sobretudo dos Açores, face ao elevado crescimento da produtividade na Madeira. A nível de NUT III, destacam-se os desempenhos acima da média de várias NUT III do Interior Centro e da faixa litoral entre Lisboa e Porto, os fracos desempenhos do Grande Porto, Ave, Minho-Lima, Península de Setúbal, Médio Tejo, Açores, e, com crescimentos negativos o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

O bom desempenho revelado por várias das NUT III menos desenvolvidas apresenta “sinais de convergência” que, todavia não tiveram expressão significativa no posicionamento desses territórios que, como vimos continuou a ser muito baixo, nem nos níveis de disparidade global. Efectivamente, as disparidades territoriais na Produtividade estabilizaram-se, com o Coeficiente de Localização a nível de NUT II a apresentar um ligeiríssimo agravamento de 0,088 para 0,091, e um agravamento ainda mais ténue a nível de NUT III, com aquele indicador a variar de 0,095 para 0,096.

⁹ A preços de 1995.

Figura 9 – Produtividade do Trabalho em 2003, e sua variação entre 1995 e 2003



2.2. As especializações produtivas e as dinâmicas regionais

Para a análise das especializações produtivas regionais e sub-regionais tomamos uma partição sectorial de actividades que, para além do Primário, abrange a Indústria transformadora subdividida em sectores de alta e média alta tecnologia (IAMAT) e sectores baixa e média baixa tecnologia (IBMBT), e os Serviços subdivididos em serviços muito intensivos em conhecimento (SIC) e menos intensivos em conhecimento (SMIC)¹⁰. Para além disso, analisa-se também a dependência das regiões e sub-regiões em relação às actividades não mercantis e a orientação externa das respectivas economias.

Na repartição territorial da indústria e dos serviços há uma clara oposição entre as NUT II Norte, Centro e Lisboa, e as restantes NUT II, que se revela claramente no facto de, em 2003, de 88% do VAB das IBMBT se encontrar naquelas regiões, percentagem que sobe para 92% quando nos reportamos às IAMAT. No caso dos serviços, aquelas regiões detêm 83% dos SMIC e 88% dos SIC. O Norte tem a maior quota de IBMBT (40%), enquanto Lisboa apresenta as maiores quotas de IAMAT (42%), de SMIC (40%) e de SIC (46%).

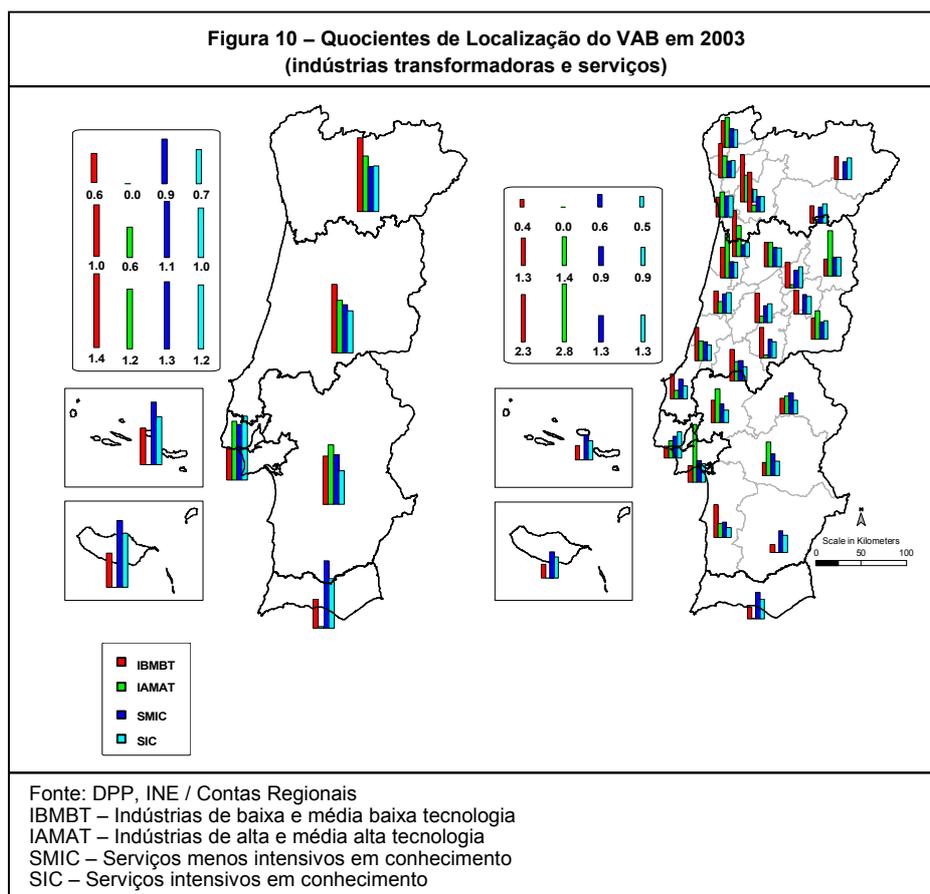
Os pesos daquelas actividades dentro das NUT III, revelam-nos que a concentração territorial é mais incisiva. Dos 40% das IBMBT do Norte, 36% estão nas NUT III Cávado, Ave, Grande Porto (12%), Tâmega e Entre-Douro e Vouga, enquanto dos seus 30% nas IAMAT, 20% estão no Ave e Grande Porto. Dos 23% de Lisboa nas IBMBT, 19% estão na Grande Lisboa, e dos 42% de Lisboa nas IAMAT, 27% estão na Grande Lisboa e 15% estão na Península de Setúbal. No caso dos serviços, a distribuição está mais concentrada no Grande Porto (13% em ambos os tipos de serviços) e Grande Lisboa (34% nos SMIC e 41% nos SIC). A região Centro apresenta uma distribuição mais equilibrada pelas NUT III do Litoral, em todos os tipos de actividades que temos vindo a analisar.

Comparativamente a 1995 aquelas repartições não apresentam grandes diferenças, verificando-se todavia que naquele ano a concentração de todos os sectores nas regiões e sub-regiões referidas era maior em cerca de 2 pontos percentuais, e que apenas no caso da Grande Lisboa se regista uma quebra mais significativa do seu peso nas IAMAT (8 pontos percentuais).

Analizamos os graus de especialização de cada região em cada sector, através dos Quocientes de Localização (QL) cujos valores nos dão a relação entre o peso de cada sector em cada região e o seu peso a nível nacional, os quais, sendo superiores a um significam especialização da região nos respectivos sectores. Pela figura 10, podemos ver como a Grande Lisboa é dominada pelos serviços intensivos em conhecimento (48% do

¹⁰ Agregações obtidas a partir da nomenclatura A31 das Contas Regionais do INE, com recurso à A60 nalguns poucos casos, uma vez que a esse nível não se dispõe de dados das Contas Regionais para todos os anos em observação, tendo sido necessário proceder a algumas estimativas pontuais pelo DPP.

seu VAB e $QL = 1,29$)¹¹, enquanto que as NUT III que envolvem o Grande Porto são dominadas pela IBMBT (pesos nos respectivos VAB entre 36 e 50% e QL entre 1,6 e 2,3). Já no caso das IAMAT, que pesam apenas 3,5% no VAB nacional, os seus pesos nos VAB regionais não-de naturalmente ser também reduzidos. Todavia a nível de NUT II, pelos seus QL destacam-se Lisboa e Alentejo¹², enquanto a nível de NUT III, por maiores QL (acima de 1,3) se destacam o Minho Lima, o Ave o Grande Porto, Entre-Douro e Vouga, o Baixo Vouga, a Beira Interior Norte, a Península de Setúbal, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central.



¹¹ Relembremos que esta NUT abrange 40% do VAB desse sector.

¹² Com significados muito diferentes dadas as diferenças de escala deste sector entre aquelas regiões.

No caso dos SMIC, Algarve, Açores e Madeira têm pouco peso no seu VAB, mas são fortemente especializados neles, com pesos nos respectivos VAB acima dos 40% e Quocientes de Localização acima de 1,2. Nos SIC destaca-se claramente a Grande Lisboa (48% do seu VAB e QL = 1,3), embora outras NUT III como o Grande Porto, Alto Trás-os-Montes, Baixo Mondego, Serra da Estrela e Madeira, apresentem também níveis ligeiros de especialização (QL entre 1,02 e 1,04).

Nas incidências sectoriais dos serviços em cada região e, conseqüentemente, nas suas especializações nos serviços, os serviços da Administração Pública exercem um forte efeito homogeneizador. A Educação e Saúde estão integrados nos SIC, enquanto os serviços administrativos estão incluídos nos SMIC. Deste modo, interessa analisar a importância dos serviços públicos nas regiões, não apenas para perceber melhor as suas especializações nos serviços, mas também para saber da dependência das regiões de actividades que, não tendo sustentação mercantil, não podem constituir soluções sustentáveis para os territórios onde mais contribuam para a sua produção.

As NUT II que globalmente mais dependem dos Serviços não mercantis, em termos de VAB, são o Centro, Alentejo, Açores e Madeira, todos com valores muito superiores à média nacional em 2003 (19%), figura 11. A nível das NUT III a especialização nas, e conseqüente dependência das actividades não mercantis, é uma constante em todas as NUT III do Interior, do Alentejo (excepto Litoral) e nos Açores, bem como no Minho-Lima, Tâmega, Baixo Mondego, Médio Tejo e Península de Setúbal (entre 23 a 33% do VAB¹³). Comparativamente a 1995, este cenário representa um aumento generalizado da dependência das actividades não mercantis (agravamento de 2,2 pontos percentuais a nível nacional, e de valores que a nível das NUT atingem um máximo de 10 pontos percentuais no Baixo Alentejo).

Quando avaliamos este fenómeno em termos de Emprego (medido em equivalentes a tempo completo, figura 12), a dependência a nível nacional em 2003 (18%) era ligeiramente inferior à do VAB (19,2%)¹⁴, e a sua projecção nas NUT é mais multifacetada. Embora os maiores níveis de dependência ocorram em NUT III do Interior e sobretudo do Alentejo e Regiões Autónomas, na Grande Lisboa têm incidência ligeiramente superior à média (19,4%). Comparativamente a 1995 a variação das dependências dos serviços não mercantis, em termos de Equivalentes a tempo completo, é muito menos acentuada (+0,5

¹³ O que corresponde a 1,2 e 1,7 vezes a média nacional.

¹⁴ O que significa que nestes serviços a despesa (com que se avalia a sua produção) aumentou mais do que o emprego.

pontos percentuais), embora com variações pelas NUT II e III bastante contrastadas. Deste modo, as diminuições mais sensíveis registaram-se na Grande Lisboa, Alto Alentejo e Açores, e as mais ligeiras no Alentejo Central e Algarve. Em todo o resto do país, as dependências aumentaram, em particular nas NUT III da raia e do Interior de charneira, mas também na Península de Setúbal, Grande Porto, Baixo Vouga e Baixo Mondego, entre outras.

A Orientação exportadora (Exportações/VAB) como é sabido é claramente maior do que a média nacional no Norte e nas NUT III do Norte (na grande região metropolitana do Porto), Baixo Mondego, Dão-Lafões, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo (figura 13). Comparativamente a 1995, a Orientação exportadora aumentou ligeiramente a nível nacional, e teve variações positivas no Norte, Centro (a mais significativa) e Lisboa.

A nível das NUT III as variações foram mais diversificadas, intensificando-se na generalidade das NUT III já apresentadas como tendo maior Orientação exportadora (com excepção do Cávado em que diminuiu), mas também aumentou de forma significativa em regiões com Orientação exportadora marginal (como o Douro e Alto Trás-os-Montes) mas também no caso do Alentejo Central que, tem Orientação exportadora abaixo da média nacional, mas próximo dessa média (80%).

Em termos globais, do reforço da Orientação exportadora nas regiões com maior peso nas exportações resultou um agravamento das disparidades territoriais nesse indicador, especialmente a nível das NUT III¹⁵, apesar de, como vimos, ter havido avanços significativos na Orientação exportadora de novas sub-regiões, mas ainda sem dimensão suficiente para lhes conferir visibilidade quantitativa na actividade exportadora nacional.

Na apreciação deste indicador há dois alertas que importa fazer. Em primeiro lugar não abrange os serviços, o que claramente prejudica a posição de Lisboa. Em segundo lugar o período em análise apenas nos dá alguns sinais da crise desencadeada exactamente a partir de 2003, não sendo ainda visíveis os efeitos das perdas de mercado internacional que eclodiram sobretudo desde 2004 e 2005, e cujas consequências se estão a fazer sentir justamente nas zonas do Norte e Centro, de “distritos industriais” e de localização difusa da indústria, de onde são originárias a maioria das deslocalizações de empresas, sobretudo de capital estrangeiro.

¹⁵ A nível de NUT II o coeficiente de localização passou de 0,163 em 1995 para 0,166 em 2003, enquanto a nível das NUT III aquele indicador passou de 0,247 para 0,309.

Procura-se agora determinar em que medida os movimentos de divergência e convergência entre regiões, no que se reporta ao crescimento do VAB, derivaram de impactos do comportamento global dos sectores produtivos a nível nacional e/ou dos comportamentos das próprias regiões. Deste modo, na análise *shift-share* apresentada na figura 14, identificamos 6 modelos de crescimento, 3 para explicar diferenciais positivos de crescimento regionais e três para explicar diferenciais negativos.

Por aquela figura podemos ver como as dinâmicas regionais no crescimento do VAB apresentam matizes muito diferenciadas no território, destacando-se no modelo mais positivo (modelo 1), durante o período de aceleração económica, algumas sub-regiões do Centro Litoral, Grande Lisboa e Madeira, destaque que no período de desaceleração já se restringe apenas à Grande Lisboa e Madeira.

O modelo mais negativo (modelo 6) ocorre globalmente no Norte naqueles dois períodos. Considerando também os modelos intermédios, é flagrante o facto de já no período de aceleração do VAB haver sinais de divergência económica em relação ao conjunto nacional, seja em termos de fragilidade dos sectores a nível regional (caso do Grande Porto), seja em termos de inadequação da especialização (casos do Ave, Cávado e Tâmega).

Numa leitura cruzada dos modelos de crescimento do VAB em ambos os períodos, há alguns factos que merecem realce:

- ◆ o comportamento globalmente negativo do Norte em ambos os períodos, que em termos de NUT III no primeiro período se generaliza a todas as suas sub-regiões, excepto ao Entre-Douro e Vouga, mas que no segundo período não se regista no Cávado, Tâmega e Douro, devido à componente regional;
- ◆ os comportamentos globalmente negativos do Algarve e Açores no primeiro período, que no segundo período se transformam em comportamentos positivos;
- ◆ o comportamento globalmente positivo da Região Centro em ambos os períodos, mas explicado apenas pela própria dinâmica da região face a uma estrutura de especialização adversa que, ao nível das NUT III, vai melhorar os piores desempenhos nalgumas NUT do Interior, mas que tem uma constante negativa no Baixo Mondego;
- ◆ o comportamento positivo da Grande Lisboa em ambos os períodos, mas que na Península de Setúbal assume a particular característica de no primeiro período ser

positivo e no segundo ser negativo, com uma constante positiva – a especialização produtiva, e uma constante negativa – a dinâmica da própria região, cujos valores relativos em cada um dos períodos conduzem aos resultados globais apresentados;

- ◆ o Alentejo, que de um comportamento global negativo no primeiro período passa a um comportamento positivo no segundo período, assumindo deficiência de especialização em ambos os períodos, e com forte diferenciação interna, em que o modelo global da região apenas prevalece em ambos os períodos na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central, enquanto nas restantes NUT prevalecem variações negativas.

Se cruzarmos estes modelos de crescimento com os graus de orientação exportadora da indústria e com a dependência dos serviços não mercantis analisados na secção anterior, as diferenças de modelos entre períodos apontam justamente para uma melhor resistência dos espaços mais orientados para o mercado interno e com maior incidência relativa dos serviços públicos, comparativamente aos espaços mais orientados para mercado externo. Esta constatação está de acordo com a avaliação macroeconómica que se tem vindo a fazer da perda de competitividade internacional da economia portuguesa e do crescimento induzido pela procura interna e, desde um período mais recuado, pela despesa pública.

Figura 11 – Peso do VAB dos Serviços Não Mercantis no VAB Total em 2003 e sua variação em relação a 1995

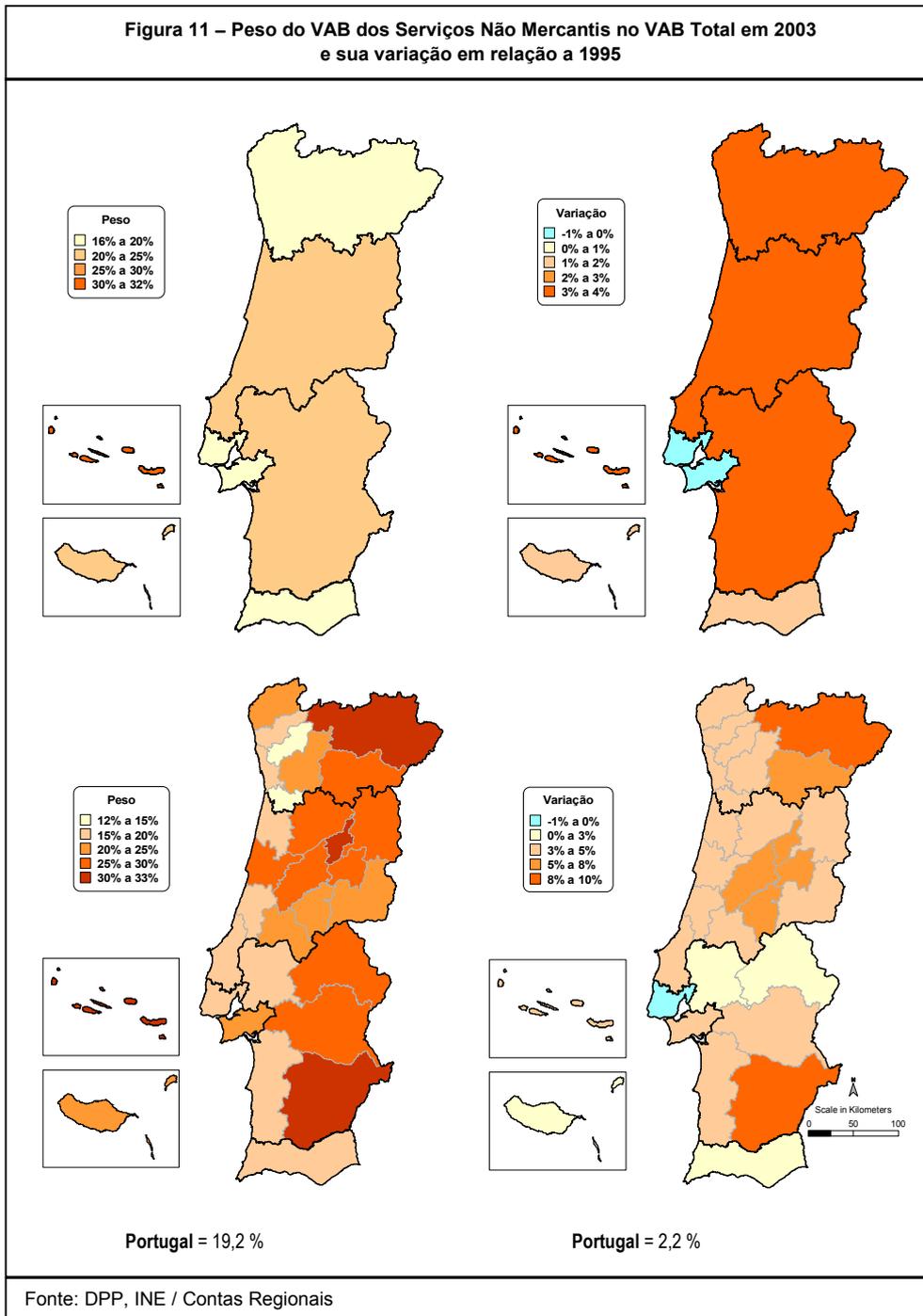


Figura 12 – Peso dos equivalentes a tempo completo (ETC) dos Serviços Não Mercantis em 2003 e sua variação em relação a 1995

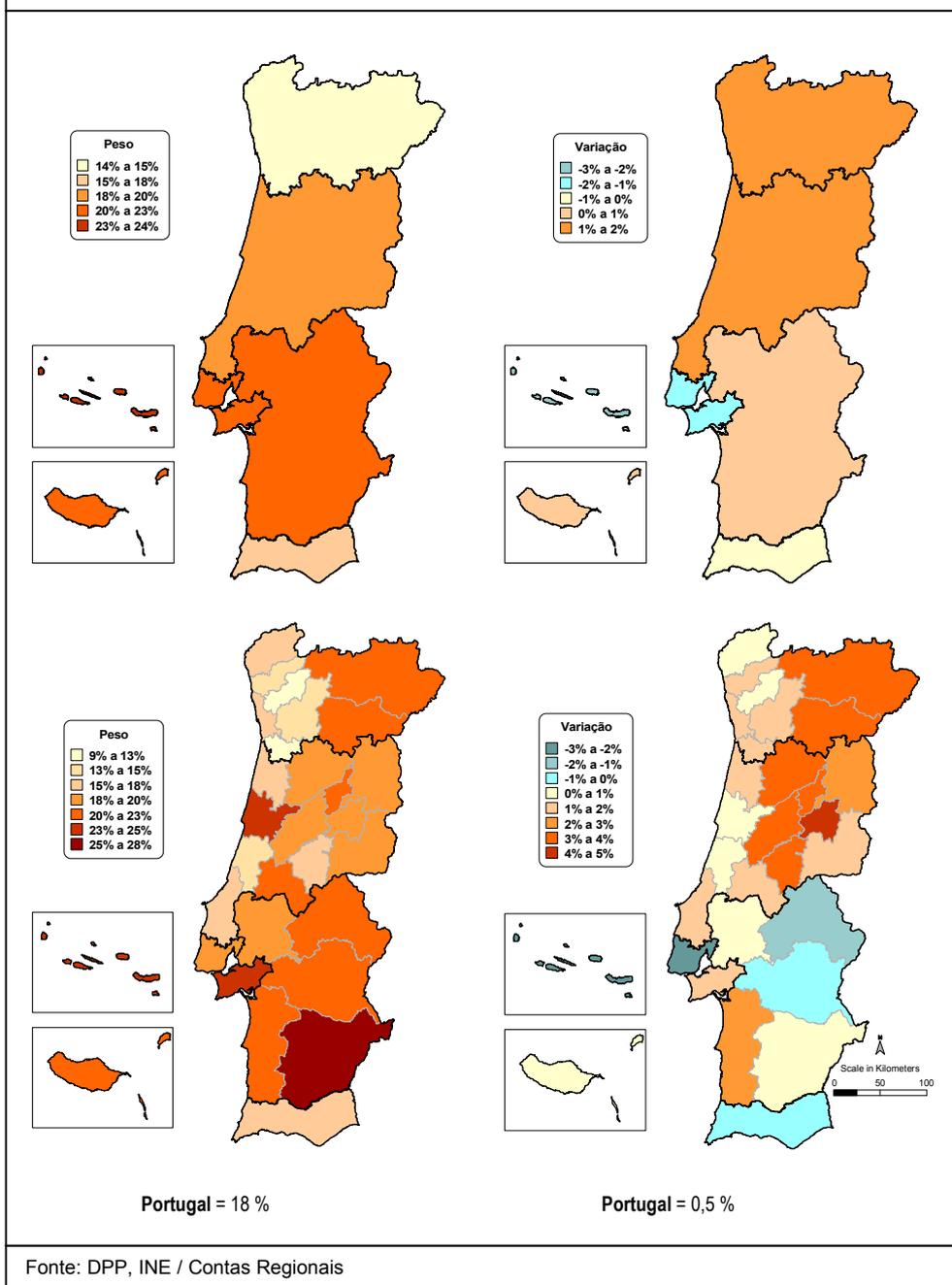


Figura 13 – Orientação Exportadora do VAB em 2003 e variação relativa a 1995

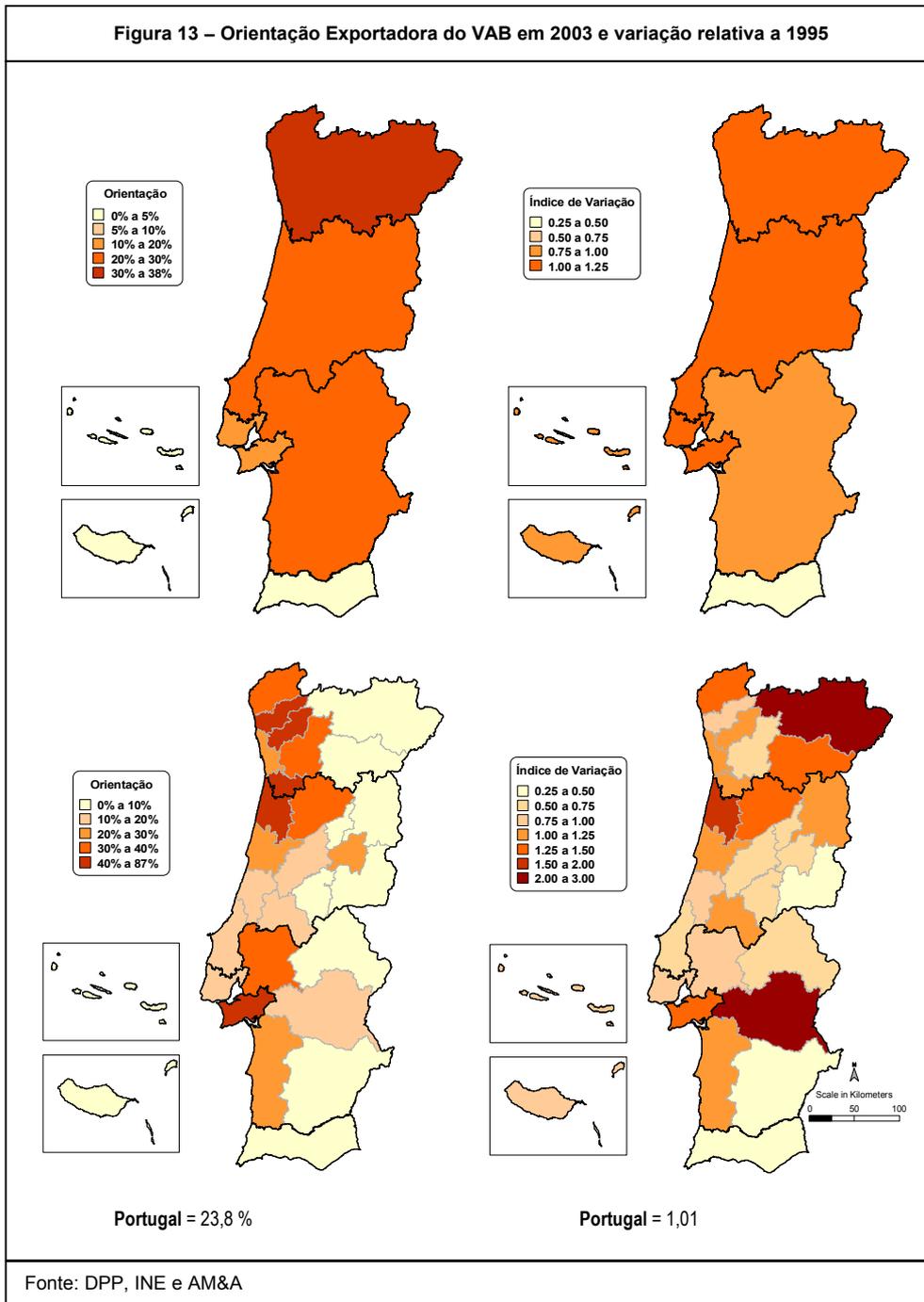
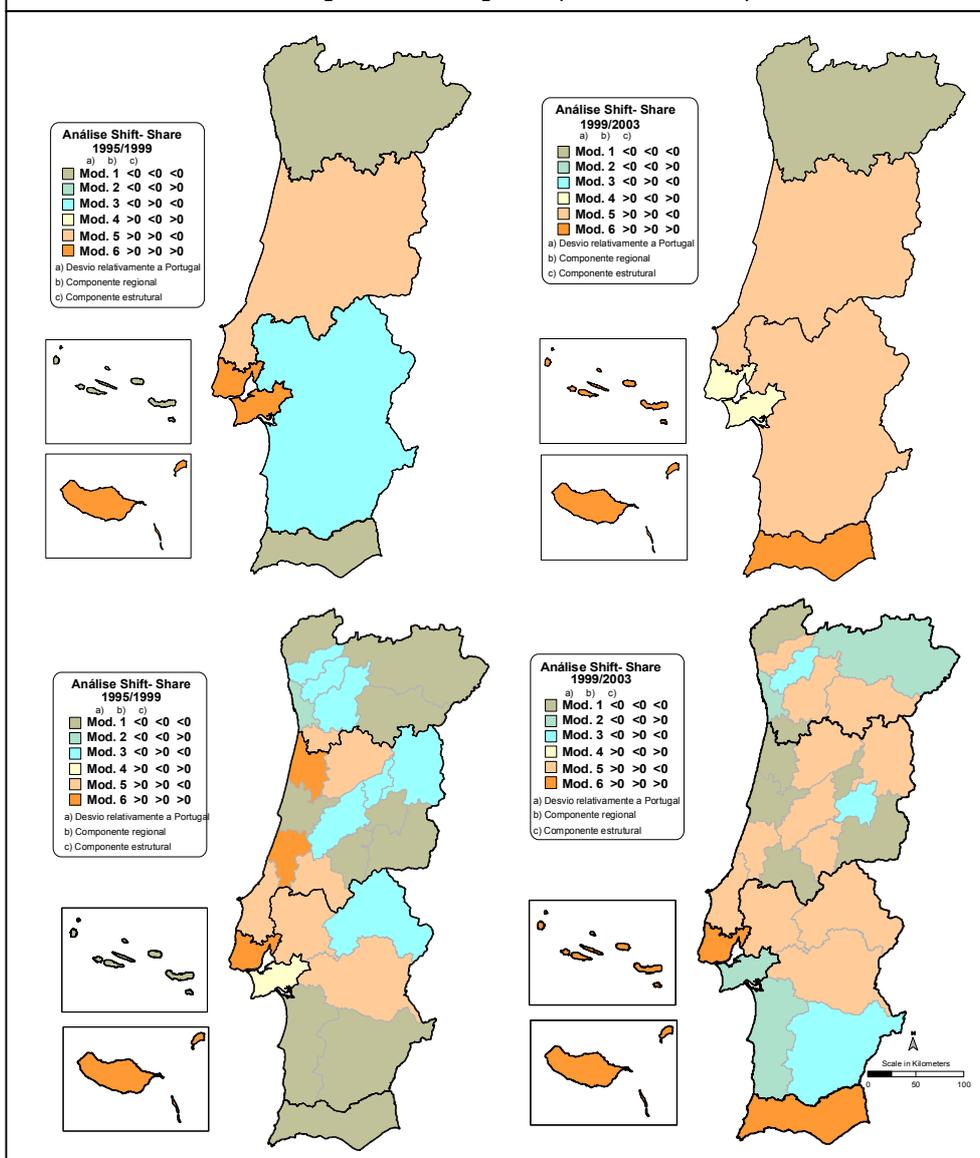


Figura 14 – Dinâmicas Sectoriais e Regionais e Convergência/Divergência no Crescimento do VAB Regionais e Sub-regionais (Análise shift-share)



Fonte: DPP, INE / Contas Regionais

VL – Variação Líquida: diferencial de crescimento do VAB em relação a Portugal

Mod. 1 – VL negativa explicada por fracos desempenhos regional e sectoriais

Mod. 2 – VL negativa explicada por fraco desempenho regional

Mod. 3 – VL negativa explicada por fracos desempenhos sectoriais (especialização regional inadequada)

Mod. 4 – VL positiva sustentada nos desempenhos sectoriais (especialização adequada)

Mod. 5 – VL positiva sustentada no desempenho regional

3. URBANIZAÇÃO E ACESSO AO BEM-ESTAR

O panorama actual¹⁶ das regiões portuguesas de um ponto de vista da coesão social e económica revela que, apesar de uma evidente trajectória de convergência interna percorrida na última década, há ainda desequilíbrios regionais com expressão relevante.

Atendendo às conclusões do ponto anterior, a caracterização das regiões portuguesas permite entender que os avanços nos aspectos de coesão, ainda que fundamentais ao progresso, não foram, por si só, capazes de sustentar o desenvolvimento dos territórios, nem no que se refere à fixação de população, nem de um ponto de vista da atracção de investimentos e criação de emprego.

3.1. Disparidades nos níveis de urbanização e no acesso aos bens públicos e ao rendimento

A melhoria que se registou nos níveis de coesão económica e social do país em termos gerais esconde, no entanto, realidades diversas quanto aos aspectos específicos que concorrem para uma aproximação das oportunidades de acesso das populações. Importa, portanto, perceber as variações de comportamento entre os vários factores que se conjugam na construção de uma imagem da coesão.

Para melhor percebermos os níveis de acesso a bens e serviços, comecemos por analisar a estrutura da urbanização. Se tomarmos a Taxa de urbanização – percentagem da população a residir em lugares com mais de 2000 habitantes – podemos verificar que em Portugal cerca de metade da população reside em áreas urbanas, mas este valor oculta uma realidade nacional muito contrastada regionalmente.

Com efeito, é a Área Metropolitana de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal) e o Grande Porto que apresentam as Taxas de urbanização mais elevadas (acima dos 80%) empoando a média nacional, quando a quase totalidade do país apresenta níveis de urbanização inferiores ou muito inferiores a 50%. No extremo oposto situa-se um eixo de escassa urbanização, paralelo ao Litoral, que atravessa o Centro e o Norte do país, (Pinhal Interior Sul e Norte, Serra da Estrela, Dão-Lafões, Tâmega e Douro), com uma ramificação mais isolada, a Norte, em Minho-Lima.

Em síntese, pode afirmar-se que o sistema urbano português é caracterizado pela existência de duas áreas metropolitanas de grande dimensão em termos nacionais (Lisboa e Porto); por uma extensa mancha litoral de urbanização difusa, onde emergem alguns

¹⁶ Para traçar um panorama, que fosse tão actual quanto possível, das regiões portuguesas relativamente à coesão social, tomou-se como referência o ano de 2003, ainda que os dados utilizados medeiam, por razões de disponibilidade estatística, entre 2001 e 2004.

sistemas urbanos polinucleados e se destacam diversos centros urbanos de maior dimensão e dinamismo, embora sem o tamanho demográfico de cidade média de acordo com os padrões europeus; por uma urbanização linear ao longo da costa algarvia e, por fim, por uma rede de pequenas e médias cidades no Interior, nalguns casos configurando eixos e sistemas urbanos multipolares (MAOTDR, 2006).

Na perspectiva do acesso a bens e serviços públicos observa-se uma elevada dependência funcional entre eixos urbanos de menor dimensão e centros de maior escala. Enquanto o Interior do país é funcionalmente organizado em torno de um número reduzido de centros urbanos, o Litoral revela-se funcionalmente mais complexo e organizado em torno de uma multiplicidade de centros urbanos (INE, 2004).

Uma leitura das coberturas territoriais das redes de equipamentos e infra-estruturas deve, naturalmente, considerar as tendências da ocupação do território e as dinâmicas de evolução demográfica, nomeadamente a estrutura das migrações. Por este motivo, e dado que as áreas de influência dos equipamentos extravasam frequentemente os limites administrativos dos territórios onde estão inseridos, optou-se por analisar as taxas de cobertura calculadas com base na população residente nas freguesias equipadas. Pela sua relevância na coesão, foram seleccionados os sectores da saúde, educação, cultura, ambiente, e acção social, tendo sido escolhido, para avaliar o comportamento de cada um destes domínios, um indicador comumente utilizado nos estudos desta natureza.

No que se refere ao sector da saúde, tomando a Percentagem da população residente em freguesias com centros de saúde, verifica-se que a taxa de cobertura do país é de 73%. Este valor global tão pouco satisfatório não traduz, no entanto, uma realidade muito contrastada regionalmente. Com efeito, ele resulta mais da baixíssima taxa de cobertura registada nos Açores (27,8%) e do baixo nível encontrado na Região Norte (com excepção do Grande Porto), do que de assimetrias muito acentuadas entre as outras regiões.

No plano das NUT III as situações mais preocupantes registam-se no Norte, em Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega, bem como na Região Centro, em Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Cova da Beira.

Também a educação é um aspecto basilar pelo seu papel de charneira entre a coesão social e a competitividade territorial. O sector encerra um carácter marcadamente transversal, cujo desenvolvimento terá reflexos na promoção da igualdade de oportunidades e no combate à exclusão social.

Neste campo, e tomando como referência a Percentagem de população residente em freguesias com equipamentos de ensino básico ou secundário, verifica-se desde logo uma reduzida taxa de cobertura para a totalidade do país, que se situa em 62,5%, com importantes disparidades entre as NUT II: os Açores a registarem 24,5%, em oposição a Lisboa e Algarve acima dos 80%, observando-se nas restantes NUT II valores médios

entre os 50 e 60%. A merecer ressalva a situação relativamente favorável da Madeira, com 75,6%.

Na educação, mais do que na saúde, encontramos nas NUT III do Continente uma imagem muito dispar, onde as Áreas Metropolitanas e o Algarve se distanciam bastante do resto do país e as maiores lacunas se fazem sentir, mais uma vez, na generalidade da região Norte (exceptuando o Grande Porto) e em de Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira.

Por outro lado, e não obstante os importantes progressos feitos na alfabetização das populações, nas últimas décadas, em Portugal, perdura uma Taxa de analfabetismo elevada, para a qual em muito contribuem, no plano das NUT III, Minho-Lima, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, acompanhadas por todo o interior da região Centro, onde merece referência a Cova da Beira e a Beira Interior Sul, bem como a generalidade do Alentejo, com as situações mais gravosas no Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

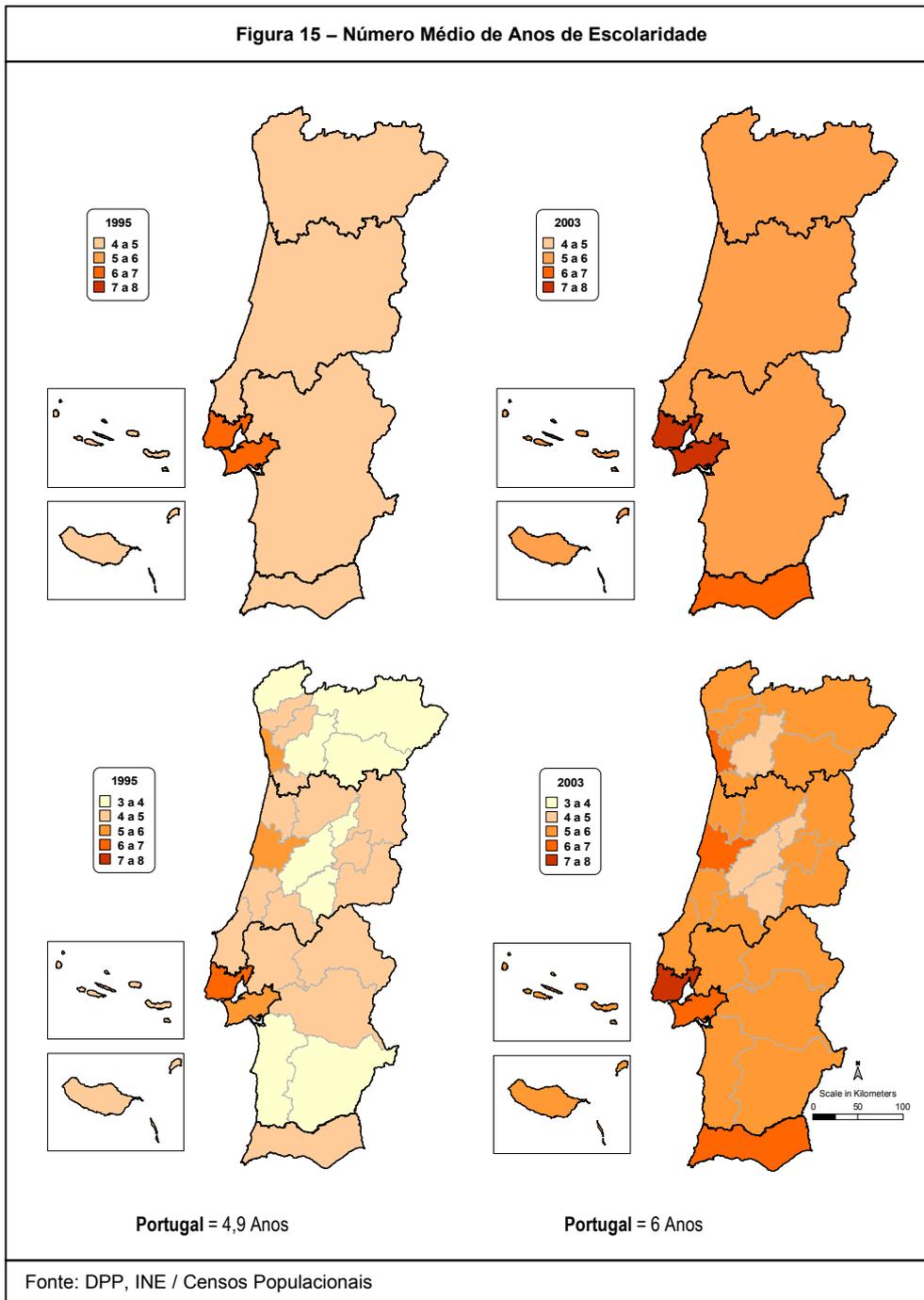
Também se considerarmos o Número de anos de escolaridade médio, o panorama não é mais auspicioso. Para a generalidade da população este valor é apenas de 6 anos, apresentando uma distribuição muito semelhante para o conjunto das regiões portuguesas, tanto no plano das NUT II, como no das NUT III, onde, ainda assim, é possível destacar negativamente as regiões, já recorrentes, do Tâmega, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela (ver figura 15).

Podemos, então, concluir que, quer pelo lado do analfabetismo, quer pelo lado da escolaridade, o problema do país, mais do que com as disparidades regionais na cobertura das redes de ensino, prende-se com um elevado abandono escolar precoce que conduziu à actual situação de reduzidos níveis de qualificação das populações em geral.

Também a descentralização das iniciativas culturais e a equidade no acesso a bens culturais – factores de desenvolvimento humano e social dos indivíduos – constituem um veículo central da coesão social. No que diz respeito ao acesso da população à cultura, a nível nacional, apenas pouco mais de 50% da população portuguesa reside em freguesias com este tipo de equipamentos.

Vale a pena salientar que as assimetrias começam por observar-se logo para as NUT II, com o Algarve, a Madeira, os Açores e Lisboa a evidenciarem melhores coberturas de equipamentos culturais, face às regiões do Norte, Centro e Alentejo. A nível das NUT III, e a sublinhar as tendências já detectadas para outros sectores, as regiões menos cobertas são a maioria das regiões do Norte, com excepção do Grande Porto e Entre Douro e Vouga, registando-se os valores mais críticos no Cávado, Tâmega e Douro, às quais se segue, numa posição ainda negativa mas um pouco mais favorável, Minho-Lima, Ave e Alto Trás-os-Montes.

Figura 15 – Número Médio de Anos de Escolaridade



Com o objectivo de analisar as condições ligadas à qualidade das infra-estruturas de ambiente, e considerando a evolução significativa que o país verificou quanto à cobertura de abastecimento de água canalizada e de drenagem de efluentes (embora continuem a verificar-se diferenciações assinaláveis entre regiões), seleccionou-se um indicador que integra já uma preocupação de preservação ambiental – a Percentagem de população servida com tratamento de águas residuais.

Em primeiro lugar podemos verificar que, à semelhança do que acontece com o acesso aos equipamentos culturais, também aqui a cobertura geral do país é deficitária, apenas cerca de 55%. A agravar esta baixa expressão, importa realçar que as disparidades entre regiões são acentuadas.

A nível das NUT II, os Açores ultrapassam os padrões de divergência verificados na generalidade dos indicadores anteriores, registando apenas 14,8%, enquanto as regiões do Algarve, Lisboa e Alentejo asseguram melhores níveis de tratamento de águas residuais. O modelo das assimetrias regionais no plano das NUT III verificado neste indicador escapa, de alguma forma, ao verificado noutros domínios, já que a par dos habituais baixos valores de cobertura verificados em algumas regiões do Norte, sobretudo Tâmega e Douro, estes fazem sentir-se também no interior das próprias áreas metropolitanas, com a Península de Setúbal a registar cerca de 30%.

Quanto aos equipamentos de acção social, e considerando a sua relevância na caracterização da coesão pelo facto de eles desempenharem um papel fundamental na inclusão social, refira-se que os níveis de cobertura nacional (62%) voltam a aproximar-se dos da educação (62,5%), ainda que continuem afastados dos de saúde (73%).

Quando abordados a uma escala regional, a diferenciação encontrada evidencia a má cobertura dos Açores, por oposição aos níveis registados em Lisboa e no Algarve e, em menor escala, mas ainda mais favoráveis do que a média nacional, na Madeira e no Alentejo. A nível das NUT III, pior coberta encontra-se parte significativa da região Norte (Minho-Lima, Cavado, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes), salientando-se no centro do país apenas a região Dão-Lafões, aspecto que merece destaque por constituir uma diferenciação face à tendência verificada naquela região.

Fundamental à coesão entre as várias regiões do país é a qualidade das redes de transporte e os níveis de mobilidade que estas possam proporcionar. Neste domínio é inegável que se verificou, nos últimos vinte anos, profundas alterações resultantes do esforço de investimento realizado e, para o qual, é consensual que foram alcançados acentuados benefícios com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Porém, se considerarmos o tempo de viagem médio entre as sedes de concelho e a rede viária principal, é possível observar-se uma clivagem entre o Litoral e as regiões mais interiores do país, apenas interrompida no Alentejo, pela ligação a Elvas.

Por todo o Litoral, de Viana do Castelo ao Algarve, registam-se tempos de acesso a um itinerário principal ou complementar inferiores a 10 minutos, sendo que do Grande Porto à Península de Setúbal, apenas com uma exceção no Oeste, este intervalo é reduzido para menos de 5 minutos. Já o Interior do país apresenta um padrão mais diversificado que ronda entre os 15 e os 25 minutos, assinalando-se a exceção de Alto Trás-os-Montes, com uma distância-tempo superior a 30 minutos. Mais penalizadas são as Regiões Autónomas onde os valores superam os 35 minutos.

Debrucemo-nos de seguida sobre as dimensões de índole mais económica da coesão, considerando um indicador relacionado com a distribuição do consumo, o Indicador do Poder de Compra Concelhio (Indicador *per capita*, onde Portugal assume o índice 100). A primeira constatação é a de que existe uma divergência regional mais marcada para este indicador, com um maior afastamento entre valores extremos, do que para os indicadores analisados anteriormente.

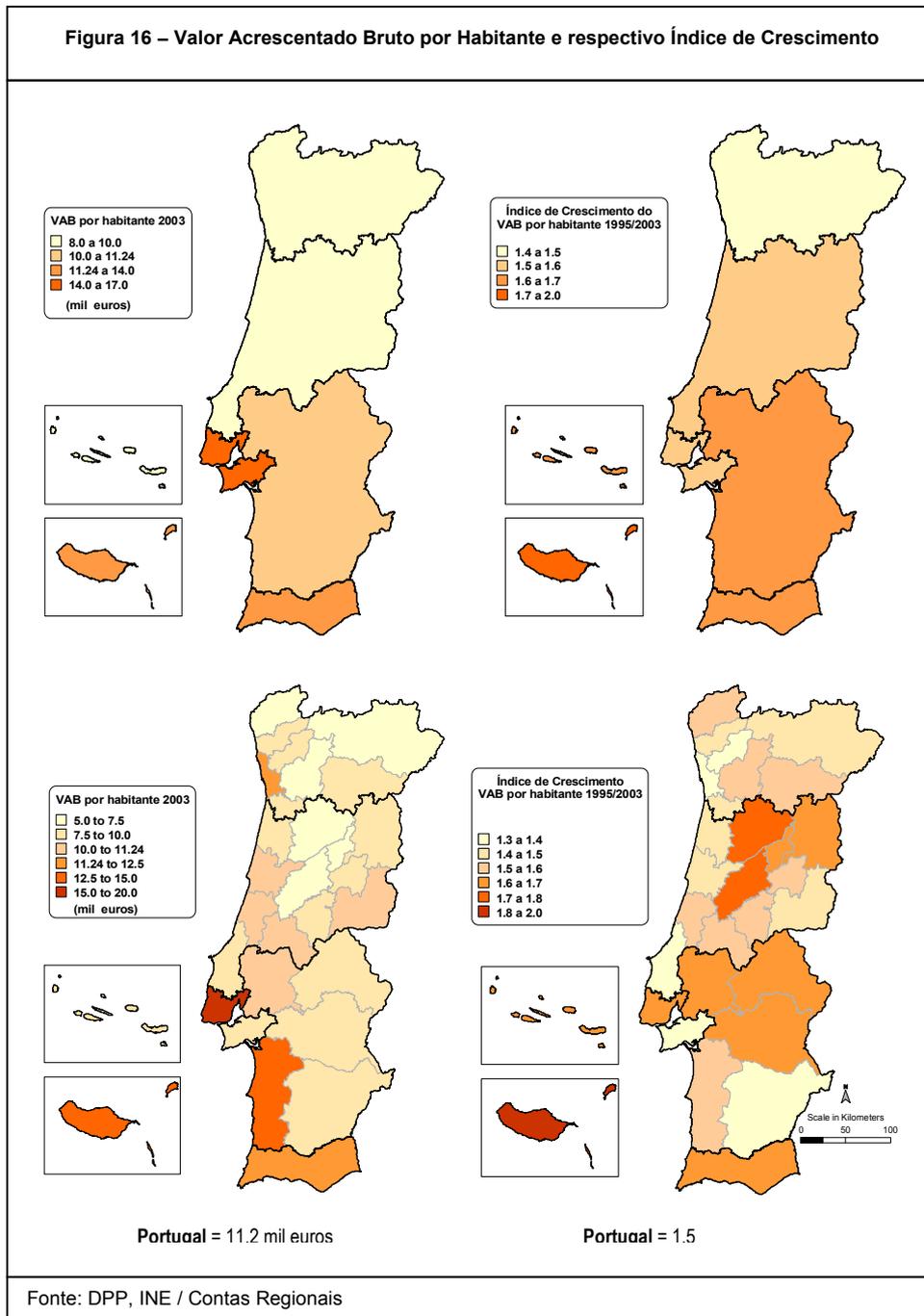
Esta divergência começa por configurar uma clivagem importante entre a Grande Lisboa, com um índice de 167, e a segunda região com poder de compra mais elevado, o Grande Porto, que regista apenas um índice de 117. Em simultâneo, assinala-se que, para além destas, apenas o Algarve, a segunda NUT II com poder de compra mais elevado (107,8), e a Península de Setúbal (101,5) apresentam valores acima da média do país. Em segundo lugar, pode observar-se uma diferenciação entre o Litoral e o Interior, com toda a faixa Litoral, à exceção de Minho-Lima (67,1), a apresentar valores superiores a 70, enquanto a maioria das regiões do Interior regista valores inferiores a 60.

Por fim, uma análise da coesão não ficaria completa se não fosse considerado um indicador que possa espelhar o comportamento das regiões face ao valor gerado. Tomemos então o Valor Acrescentado Bruto por habitante (mil €) em 2003.

A nível das NUT II (figura 16) saliente-se a distância entre Lisboa, a região que apresenta um registo mais elevado, e o Norte, que ocupa a última posição, situando-se mesmo atrás dos Açores, aspecto que, em termos de coesão, merece especial referência por fugir à regra. Para as restantes regiões, o padrão de distribuição do VAB sublinha o modelo encontrado para as outras componentes da coesão: Madeira e Algarve, apresentando o segundo e o terceiro melhores VAB, e situando-se acima do valor médio do país, Alentejo numa posição intermédia, e Centro e Açores posicionando-se em quinto e sexto lugares.

No campo das NUT III a merecer destaque surge o facto de apenas cinco regiões se situarem acima da média do país, sendo que a esta escala o afastamento entre o valor máximo e mínimo é mais acentuado: Grande Lisboa a isolar-se de forma assinalável, enquanto a segunda região é novamente a Madeira, seguida pelo Alentejo Litoral, Algarve e Grande Porto, todas com valores apenas ligeiramente superiores à média nacional. Também para as regiões em situação mais desfavorável quanto ao VAB se reproduz um

modelo já usual: Minho-Lima, Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões.



Em síntese, podemos dizer que uma análise da coesão das regiões portuguesas permite identificar o “afastamento” de um grupo de regiões menos favorecidas face a Grande Lisboa, que evidencia, quase sempre, os melhores resultados, acompanhada de perto por um conjunto de regiões que revelam, igualmente, bons níveis de coesão.

Com excepção do Grande Porto, destaca-se pela negativa quase toda a região Norte, com Tâmega e Alto Trás-os-Montes a denunciarem os maiores problemas, apenas repetidos na Região Autónoma dos Açores, onde persistem elevadas carências a nível da aproximação de oportunidades. Ainda no Norte, se bem que de forma não tão determinante, importa referir os casos de Minho-Lima, Cávado e Douro. Das restantes regiões portuguesas, surge no Centro uma “ilha de dificuldades”, Dão-Lafões e Serra da Estrela, que se apresentam tão penalizadas como a região Norte, e Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul ainda agregados a estes desafios, mas mostrando sinais de descolagem.

De um prisma inverso – o dos níveis de coesão mais elevados – surge a Área Metropolitana de Lisboa, seguida, por todas as NUT III do litoral até ao Grande Porto, que se posiciona, assim, num nível de coesão inferior ao de Lisboa. Em idêntico patamar se encontra o Algarve e a Madeira. Saliente-se, contudo, que é muito nítida a penetração deste padrão, já relativamente elevado de coesão, para o Interior do país, num eixo transversal – Lezíria do Tejo e Alto Alentejo – que se estende até à fronteira e que se prolonga a Sul, para o Alentejo Central.

Numa posição intermédia encontramos um vasto território no Centro que define aquilo que poderíamos designar pelo “Y da transição” – sendo a haste mais longa, no litoral, desenhada por: Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste e a outra, no coração do Centro, composta por Médio Tejo, Pinhal Interior Norte e Sul, Cova da Beira e Beira Interior Norte. Em circunstância idêntica se posiciona uma vasta área do Sul do país, constituída por Alto Alentejo e Baixo Alentejo.

Parecem, assim, configurar-se algumas dinâmicas a merecer destaque:

- ◆ em primeiro lugar, um país mais coeso em geral, com um Interior menos estigmatizado, onde imperam os mais baixos níveis de coesão apenas a Norte do Douro;
- ◆ a concentração de maiores dificuldades de coesão na região Norte e nos Açores, enquanto o Algarve e a Madeira se situam em posição mais favorável;
- ◆ a falência das dicotomias Norte/Centro e Litoral/Interior em favor de uma arquitectura mais “arquipelágica”;

- ◆ os maiores contrastes a ocorrerem na região Centro, onde é possível distinguir três patamares diferenciados de coesão;
- ◆ a região Alentejo, apesar dos baixos desempenhos em termos de rendimento e de crescimento económico, a mostrar, em parte significativa da sua área (Lezíria, Alto Alentejo e Alentejo Central), um padrão de coesão que pode colocar-se num patamar semelhante ao do Grande Porto, e no restante território níveis não inferiores aos médios;
- ◆ o nível de coesão registado no Grande Porto, dificilmente aceitável para a “segunda” Área Metropolitana do país.

3.2. Processos de convergência/divergência na urbanização e no acesso aos bens públicos e ao rendimento

Vimos no ponto anterior o “estado da arte” da Coesão social e económica em Portugal. Pudemos verificar que persistem ainda assimetrias entre as regiões portuguesas e identificámos as regiões mais “avançadas” e as mais penalizadas quanto aos factores da Coesão. Interessa agora perceber se o caminho percorrido na última década, grosso modo no âmbito do QCA II e do QCA III, correspondeu a uma trajectória de convergência entre as regiões portuguesas.

Começamos, então, por analisar a variação da urbanização. Podemos verificar que a percentagem de pessoas a viver em lugares com mais de 2000 habitantes teve uma variação positiva bastante mais acentuada do que a da população em geral para o mesmo período, ou seja os lugares com mais de 2000 habitantes cresceram mais do que os lugares de dimensão inferior.

A região Norte foi, entre as NUT II, aquela onde se verificou uma evolução mais marcada da urbanização. O Algarve e os Açores assistiram a um crescimento muito ténue da Taxa de urbanização e Lisboa viu mesmo uma ligeira diminuição do seu valor. À escala das NUT III destaca-se a evolução sentida na região do Minho-Lima, seguida por outras regiões do Norte do país, como Tâmega, Entre Douro e Vouga e Ave, enquanto no Centro, Dão-Lafões e Cova da Beira assistem a um decréscimo da urbanização, e Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral registam um crescimento muito baixo, à semelhança do que se verifica no Alentejo Central e no Baixo Alentejo, persistindo em níveis de urbanização muito semelhantes para as duas datas.

Verifica-se, assim, que apesar da trajectória percorrida num percurso de convergência, tanto a nível das NUT II como das NUT III, e apesar da aproximação entre a região mais

urbanizada (Grande Lisboa) e a menos urbanizada (Pinhal Interior Sul) do país, assistiu-se a um perpetuar das regiões menos urbanizadas do Norte e do Centro do país.

Se olharmos agora para a evolução das Taxas de cobertura de equipamentos e de infra-estruturas públicas deve realçar-se, em primeiro lugar, que as variações sofridas foram muito diversas consoante o sector em análise. Assim, se tomarmos a Saúde verificamos que houve quase uma duplicação da População residente em freguesias com centros de saúde (93%), enquanto o Tratamento de águas residuais alcança 36%, a Educação e a Acção Social registam taxas de variação que rondam os 7% e a Cultura não atinge 1%.

Nos casos da Saúde e da Educação, se bem que com amplitudes muito diversas, as regiões a verificar maiores taxas de variação foram o Centro e o Alentejo, sendo Lisboa a região que assinalou as menores variações.

A nível das NUT III, a evolução registada na Saúde foi muito diferenciada com variações superiores a 350% em Entre Douro e Vouga e Cova da Beira e superiores a 200% no Baixo Vouga e no Pinhal Litoral. De salientar, ainda, o valor dos Açores que se cifra apenas em 96,5%, a não contribuir para uma melhoria significativa de uma situação de partida frágil.

Quanto à Educação, a maior evolução da cobertura entre as duas datas analisadas fez-se sentir na região do Douro, seguida pelo Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Baixo Alentejo, ocorrendo simultaneamente uma melhoria em todo o litoral desde o Oeste até ao Baixo Vouga. Por outro lado, verificaram-se variações baixas nos Açores, Baixo Mondego, Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte, onde a exiguidade da cobertura de equipamentos de educação observada à partida se acentua assim em termos relativos.

Podemos afirmar que a amplitude das assimetrias entre regiões no que se refere aos equipamentos de educação sofreu uma redução, mas diminuiu menos do que, por exemplo, para a saúde, mantendo-se ainda a níveis muito elevados.

À semelhança do que temos visto para os outros indicadores, também para o analfabetismo se registou uma diminuição das assimetrias, mas atente-se, no entanto, na persistência de um mapa regional muito contrastado, demonstrando, sobretudo, mais do que noutros casos, a manutenção de uma dicotomia Litoral/Interior.

Quando analisada a evolução do Número de anos de escolaridade médio da população portuguesa verifica-se que este aumentou em cerca de 25% em termos nacionais. Os crescimentos mais elevados, acima dos 30% ou muito próximos deste valor, registaram-se no Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, o que pode ser tido como um sinal de

convergência já que eram estas NUT II que expressavam os valores de Número de anos de escolaridade médio mais baixos. No plano das NUT III regista-se, igualmente, variações superiores a 30% em algumas regiões do Norte e do Centro do país, em particular, Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, no primeiro caso, e Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Dão-Lafões e Oeste, no Centro, regiões que se encontravam à partida entre aquelas com comportamentos mais negativos.

No sector da Cultura merecem destaque positivo as regiões com maior pendor turístico do país, Algarve e Madeira, a registar variações positivas muito superiores às restantes NUT II, e o caso da região Centro, que se salienta pelo motivo inverso, sofrendo uma variação negativa.

No que respeita ao Tratamento de águas residuais pode verificar-se um enorme esforço de infra-estruturação dos Açores que, apesar de um movimento de convergência, não se revelou suficiente para uma aproximação significativa às restantes regiões, dada a situação de partida bastante desfavorável. Um movimento idêntico se verificou na região Norte mas a um nível de infra-estruturação muito superior, para o qual contribuíram sobretudo as regiões do Minho-Lima e do Ave.

Este indicador registou uma significativa Taxa de variação para a média do país (36,2%) e as disparidades entre as regiões diminuíram, mas as distâncias entre os valores de cobertura mais elevados e mais reduzidos são ainda das maiores no conjunto de indicadores analisados para o acesso a bens e serviços públicos.

Por seu turno, a cobertura de Equipamentos de acção social observou uma variação semelhante à verificada na Saúde, a rondar os 7%, tendo os maiores crescimentos sido registados nas regiões NUT II do Alentejo e do Algarve e o menor em Lisboa. Nos Açores verificou-se uma evolução semelhante à da média nacional, enquanto a Madeira viu a sua situação inalterada.

A tendência de diminuição das disparidades regionais verificadas neste domínio é menor do que as que pudemos observar noutras áreas de análise, mantendo-se uma “distância” elevada entre as taxas de cobertura mais elevada e mais reduzida.

Outro elemento significativo decorre da constatação de que todas as regiões, com excepção de Lisboa, viram o seu Poder de compra aproximar-se do Poder de compra médio do país, mas a maior evidência traduz-se numa tendência de manutenção dos Poderes de compra relativos, com excepção da Madeira cuja posição relativa melhorou bastante. Ainda que as disparidades se tenham atenuado, o afastamento entre regiões mantém-se a níveis muito elevados. Grande Lisboa e Grande Porto a “segurarem” o

primeiro e segundo lugar, Algarve e Península de Setúbal a trocarem posições entre o terceiro e o quarto valores mais elevados, Pinhal Interior Sul e Tâmega a persistirem nos níveis mais reduzidos de Poder de compra.

Quando analisamos a evolução do VAB per capita por NUT II, percebemos que ocorreram situações muito diferenciadas: a região que mais viu crescer o seu VAB per capita, entre 1995 e 2003, foi a Madeira, o que a alcandorou para a região com o VAB mais elevado logo a seguir a Lisboa, já os Açores que registaram o segundo crescimento mais elevado a esta escala, ocupam em 2003 um modesto penúltimo lugar, com um dos VAB por habitante mais reduzido, apenas ultrapassados pelo Norte.

No âmbito das NUT III do Continente, as regiões que apresentaram maiores variações positivas do VAB, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela, persistem na retaguarda deste indicador, mantendo-se em situação muito desvantajosa. Realce-se, contudo, o facto do Grande Porto ter sido a região a crescer menos entre as duas datas, seguido da Península de Setúbal, ambas integradas nas principais áreas metropolitanas do país.

Todavia, o aspecto mais significativo na evolução do VAB per capita é o aumento das disparidades entre regiões. Esta tendência para a divergência, entre 1995 e 2003, é observada tanto a nível das NUT II como no plano das NUT III, sendo, contudo, ligeiramente mais acentuada para as primeiras.

Para finalizar, podemos salientar que se verificou para todos os indicadores, à excepção do VAB per capita, uma trajectória no sentido de uma aproximação das regiões mas, ainda assim, mantêm-se afastamentos muito significativos sobretudo nos casos do ambiente, onde a aproximação foi muito reduzida, e nos casos da educação e da acção social, onde a convergência foi ligeiramente superior mas que ainda registam distâncias importantes.

Igualmente a merecer destaque, surge o facto das disparidades, em termos gerais, terem diminuído menos no plano das NUT III do que no âmbito das NUT II, que escondem no seu interior assimetrias relevantes no quadro da coesão.

Uma leitura transversal da evolução das regiões permite-nos perceber que algumas regiões do Norte evoluíram mais positivamente para a generalidade dos sectores, e em termos relativos, do que o conjunto das regiões, ainda que isso não lhes garanta uma melhor situação actual. São, por exemplo, os casos de Minho-Lima, Tâmega e Alto Trás-os-Montes.

Também na região Centro, algumas NUT III registaram variações positivas em vários indicadores, como o Pinhal Litoral e a Cova da Beira mas, neste caso, esta trajectória

contribuiu para alcançar um comportamento mais favorável no contexto nacional. O Pinhal Interior Sul, embora tenha registado, em termos globais e numa leitura cruzada do conjunto aspectos abordados, uma das melhores evoluções do conjunto das NUT III, continua a posicionar-se num contexto muito desfavorável em termos comparativos.

Por outro lado, Grande Lisboa e Grande Porto, não obstante registarem frequentemente as menores variações relativas, mantêm a sua primazia, quer no que se refere à urbanização, quer no que respeita ao acesso a equipamentos e infra-estruturas, quer ainda em termos do poder de compra.

4. COMPETITIVIDADE E COESÃO SOCIAL TERRITORIAIS

Apesar dos investimentos feitos na última década e dos progressos substanciais alcançados em termos de acessibilidades e acesso aos bens públicos, que permitiram tornar o país territorialmente mais coeso, não foi possível criar dinâmicas de competitividade próprias nas zonas menos desenvolvidas do país, que se mantiveram assim reféns das medidas assistencialistas da política regional. Por isso, quando comparamos os mapas que nos dão as imagens sintéticas da competitividade e da coesão¹⁷, desde logo podemos ver como os contrastes territoriais que têm caracterizado o país permanecem bem evidentes, e até se agravaram, no primeiro índice, mas aparecem já mais esbatidos no segundo, pese embora as diferenças que ainda persistem.

No plano da competitividade a análise do índice sintético (figura 17) permite-nos retirar as seguintes conclusões, que importa assinalar face à análise feita nas secções anteriores:

- ◆ as disparidades territoriais são em 2003 muito marcadas quer a nível das NUT II, quer a nível das NUT III;
- ◆ no caso das NUT II as incidências do azul em todos as regiões excepto em Lisboa, mostram-nos níveis de competitividade abaixo de 74%¹⁸ do nível de competitividade de Lisboa (equivalente a 1), e em grande parte do território (que está assinalado a azul mais escuro) estão mesmo abaixo dos 50% daquele valor;
- ◆ no caso das NUT III a situação é mais multifacetada, podendo verificar-se que apenas o Grande Porto, Baixo Vouga e Península de Setúbal se situam acima do ponto intermédio de variação efectiva do índice respectivo (0,64), e que em muitos

¹⁷ Obtidos a partir dos índices cuja metodologia se apresenta de forma sumária na secção 6.

¹⁸ Ponto médio do intervalo de variação efectiva do índice.

casos do Interior e dos espaços de charneira os respectivos níveis de competitividade se situam entre os 30 e os 40% do nível da Grande Lisboa (as NUT III assinaladas a azul mais escuro);

- ◆ é assim possível identificar dois espaços onde se concentra a capacidade competitiva do país, a Área Metropolitana de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal), e em posição aproximada o Grande Porto, que apresentam níveis de competitividade à volta dos 80% do nível da Grande Lisboa;
- ◆ nas NUT III envolventes daqueles espaços os níveis de competitividade são já bastante mais baixos, situando-se na casa dos 50% do nível de Lisboa, ou mesmo menos;
- ◆ as posições competitivas dos territórios acima referidos mostram a fragilidade das grandes regiões metropolitanas que se “desenham” para Lisboa e para o Porto, que se torna tanto mais evidente quanto em termos internacionais o país tem vindo a perder competitividade à custa desses mesmos territórios;
- ◆ comparativamente a 1995, a situação observada corresponde apenas a um ligeiro agravamento das disparidades¹⁹, o que significa que se tratou de um fenómeno persistente, pese embora algumas melhorias;
- ◆ todavia, importa assinalar alguns casos paradigmáticos de perdas de competitividade, num contexto em que a Grande Lisboa praticamente manteve o mesmo nível, a saber, o Baixo Mondego, o Douro e a Madeira, bem alguns casos de ganhos de competitividade em que se destacam a Península de Setúbal e o Alentejo Central.

No plano da coesão (figura 18) importa salientar os seguintes aspectos principais:

- ◆ em 2003 há claramente uma menor contrastação do território português, comparativamente ao mapa da competitividade, embora se mantenha ainda uma bipolarização entre Lisboa e o resto do país;
- ◆ quando nos reportamos às NUT II, apenas Lisboa se coloca acima do ponto médio de variação efectiva do índice sintético²⁰, bipolarização que se torna menos evidente, mas ainda assim significativa, quando nos reportamos à escala das NUT

¹⁹ Expressa no aumento do desvio padrão do índice relativo às NUT III de 0,159 para 0,164.

²⁰ Os já referidos 0,74 do desempenho máximo do índice (o nível de competitividade de Lisboa).

III, em que para além da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, também o Grande Porto e o Algarve se situam acima do ponto médio de variação efectiva do índice²¹;

- ◆ a assinalar a menor contrastação está todavia o facto de o azul ser em ambos os casos mais claro no mapa da coesão do que o era no mapa da competitividade, o que significa que as disparidades entre regiões e sub-regiões no plano da coesão são inferiores às disparidades na competitividade, facto que se exprime também no desvio padrão desta componente do índice assumir em 2003 um valor igual a 0,094 comparativamente aos 0,164 relativos à componente da competitividade;
- ◆ há, no entanto ainda contrastes acentuados entre, por um lado, o Norte e os Açores, e por outro lado, o resto do país, a nível de NUT II, e entre parte substancial do Norte e do Centro Norte e Açores, a nível de NUT III, visível a partir da maior intensidade da cor azul, o que aponta para que em termos da coesão as diferenças entre o Norte/Açores e o resto do país sejam mais notórias do que entre o Litoral e o Interior;
- ◆ comparativamente a 1995 os resultados do índice da coesão em 2003 apontam para uma diminuição das disparidades pois o respectivo desvio padrão assumia nesse ano o valor de 0,115 comparativamente aos 0,094 de 2003, acima referidos;
- ◆ todavia tal diminuição de disparidades, resultando de ganhos de coesão por parte de várias NUT II e NUT III, expressas no clareamento do azul observável na figura 18, não deixou também de ser influenciado pela perda de coesão registada pela região de Lisboa no seu todo e por ambas as NUT III que a compõem, especialmente a própria Grande Lisboa.

Concluindo-se assim que o país está territorialmente menos heterogéneo do ponto de vista da coesão do que do ponto de vista da competitividade, podemos estabelecer o confronto entre as duas perspectivas, ponderando cada região com a respectiva dimensão populacional, no sentido de se procurar ter a noção sobre os espaços fulcrais do país em cada uma das perspectivas. Desse modo, pela figura 19 que nos dá para cada NUT III, em 2003, o índice que é dominante e a posição da NUT III em relação ao ponto médio de variação de cada índice, podemos observar o seguinte:

- ◆ a Grande Lisboa e o Grande Porto, que representam cerca de 32% da população, destacam-se claramente pelos seus desempenhos acima da média, quer em termos de competitividade, quer em termos de coesão;

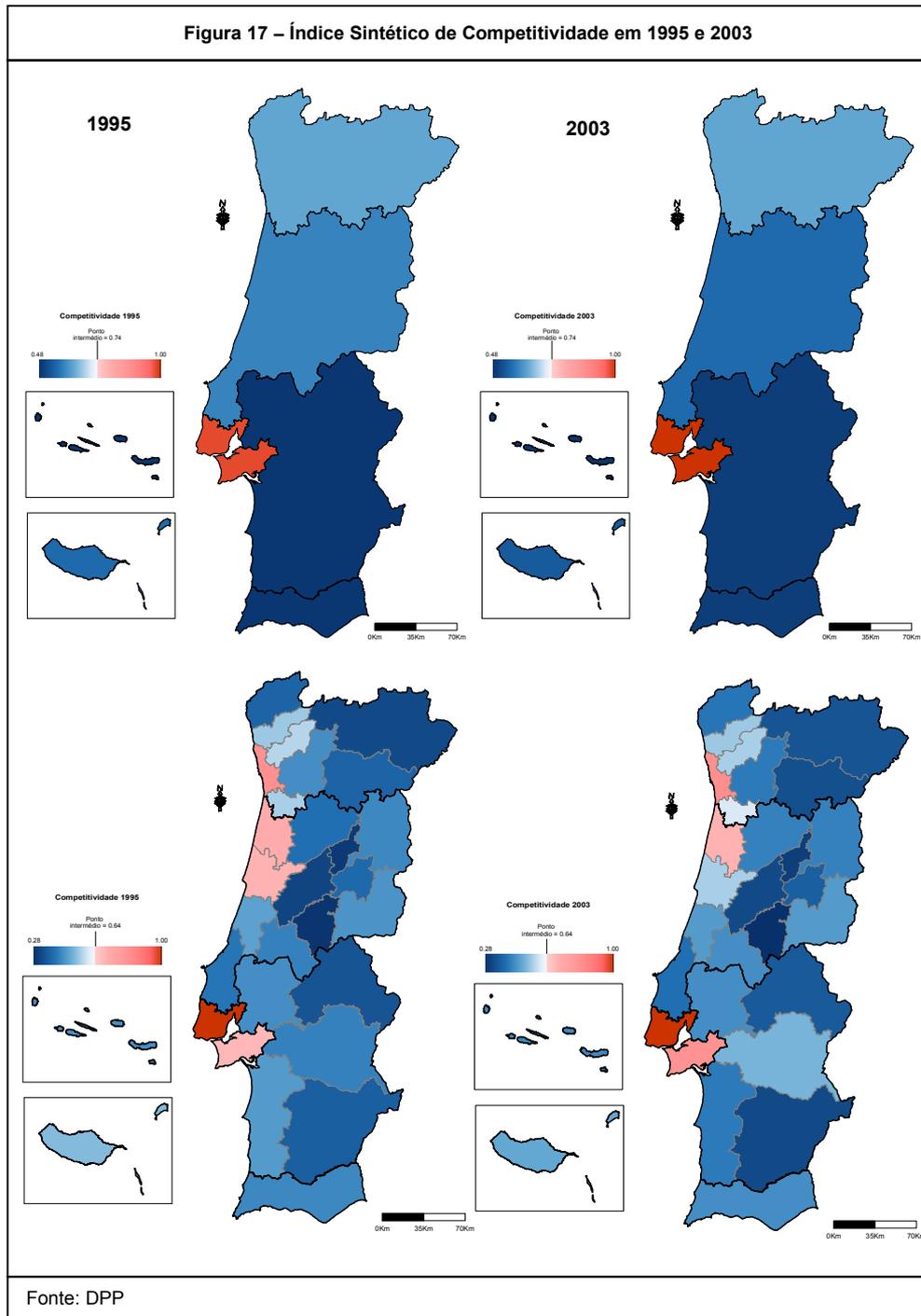
²¹ Que neste caso, como vimos já é de 0,64.

- ◆ o Baixo Vouga e a Península de Setúbal, que representam cerca de 11% da população, posicionam-se bem do ponto de vista da competitividade mas apresentam défice de coesão;
- ◆ o Algarve, que representa cerca de 4% da população, apresenta um índice de coesão elevado, mas revela desempenho na competitividade inferior à média;
- ◆ um conjunto de NUT III do Centro, do Sul e a Madeira, representando cerca de 24% da população, apresenta níveis de competitividade e coesão próximos do ponto médio;
- ◆ um conjunto de NUT III situadas a norte do Grande Porto, com extensão para o Interior Norte e Centro, e que envolve os Açores, que representa cerca de 30% da população²², apresenta fraquíssimos desempenhos, quer na competitividade, quer na coesão.

Juntando as variáveis de competitividade e de coesão num único índice, que se pode interpretar como representativo dos graus de desenvolvimento global de cada uma das NUT II e NUT III, pôde-se apurar uma diminuição nos respectivos graus de assimetria entre 1995 e 2003²³, que se reflecte num país menos contrastado, sobretudo a nível de NUT II. Na origem desta menor heterogeneidade está, no caso do Norte o seu nível de competitividade superior ao de coesão, enquanto no Centro e Alentejo sucede o inverso. Já no caso das NUT III a diferenciação mantém-se evidente a norte do Grande Porto e em quase todo o Interior, sobretudo devido à predominância dos fracos desempenhos a nível de competitividade. Veja-se a figura 20 e note-se como o mapa das NUT II em 2003, embora menos contrastado, se aproxima mais do mapa da coesão na figura 18, enquanto o mapa das NUT III em 2003 se aproxima mais do mapa da competitividade da figura 17, embora também com menor contrastação.

²² Dos quais, 16% nas NUT III da envolvente norte do Grande Porto.

²³ A nível de NUT II o coeficiente de localização passou de 0,147 para 0,141 e a nível de NUT III a diminuição foi de 0,142 para 0,122.



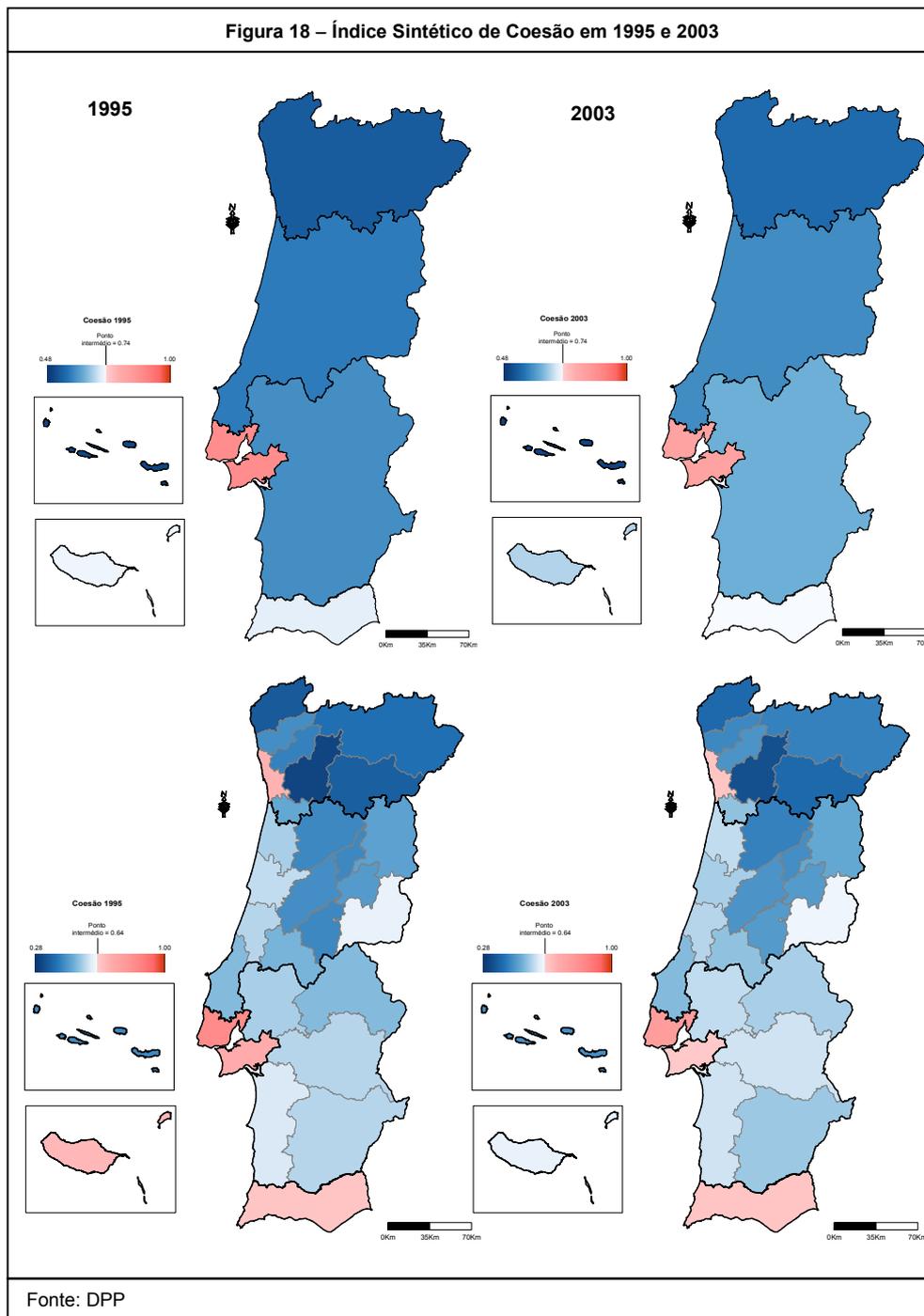
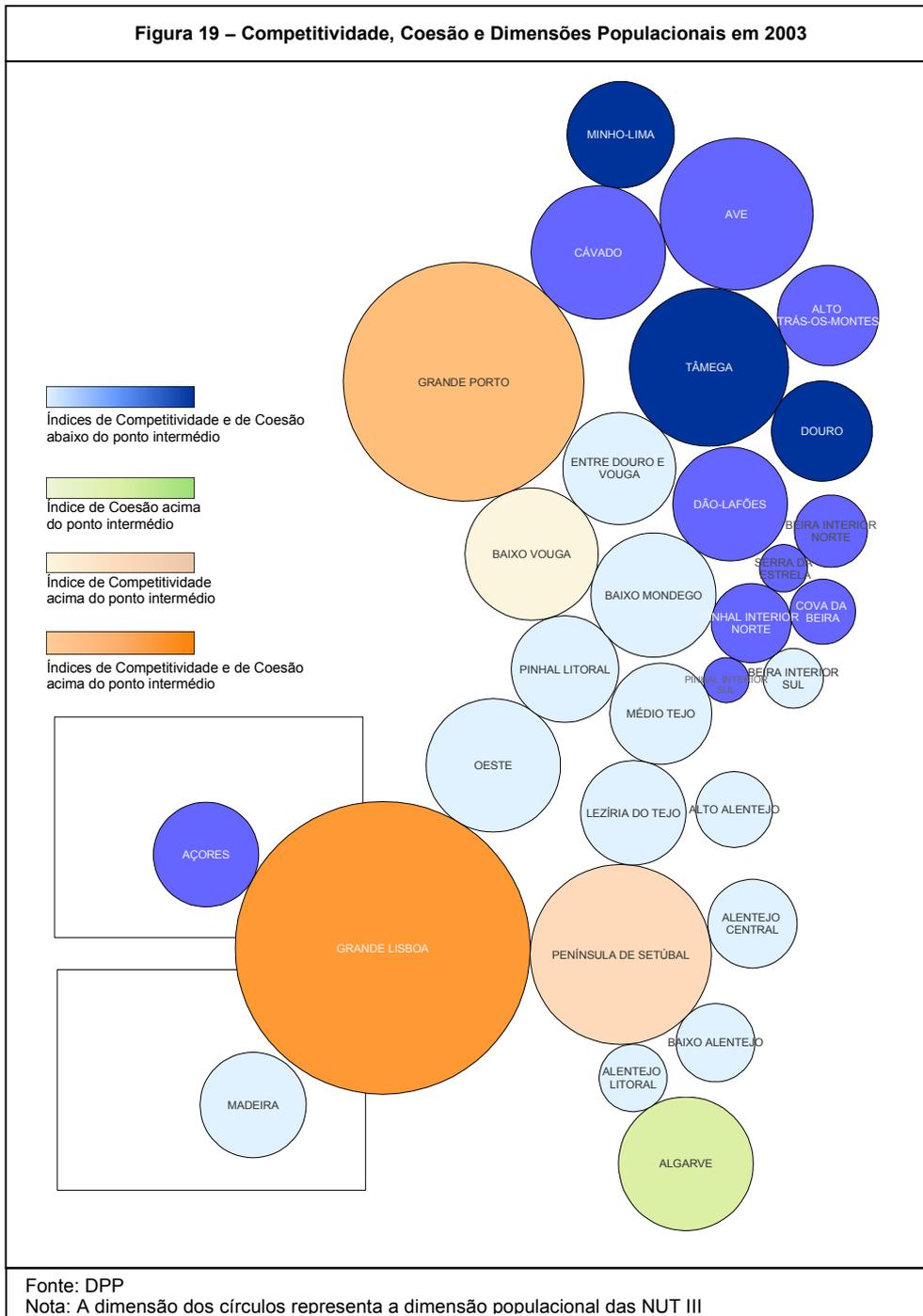
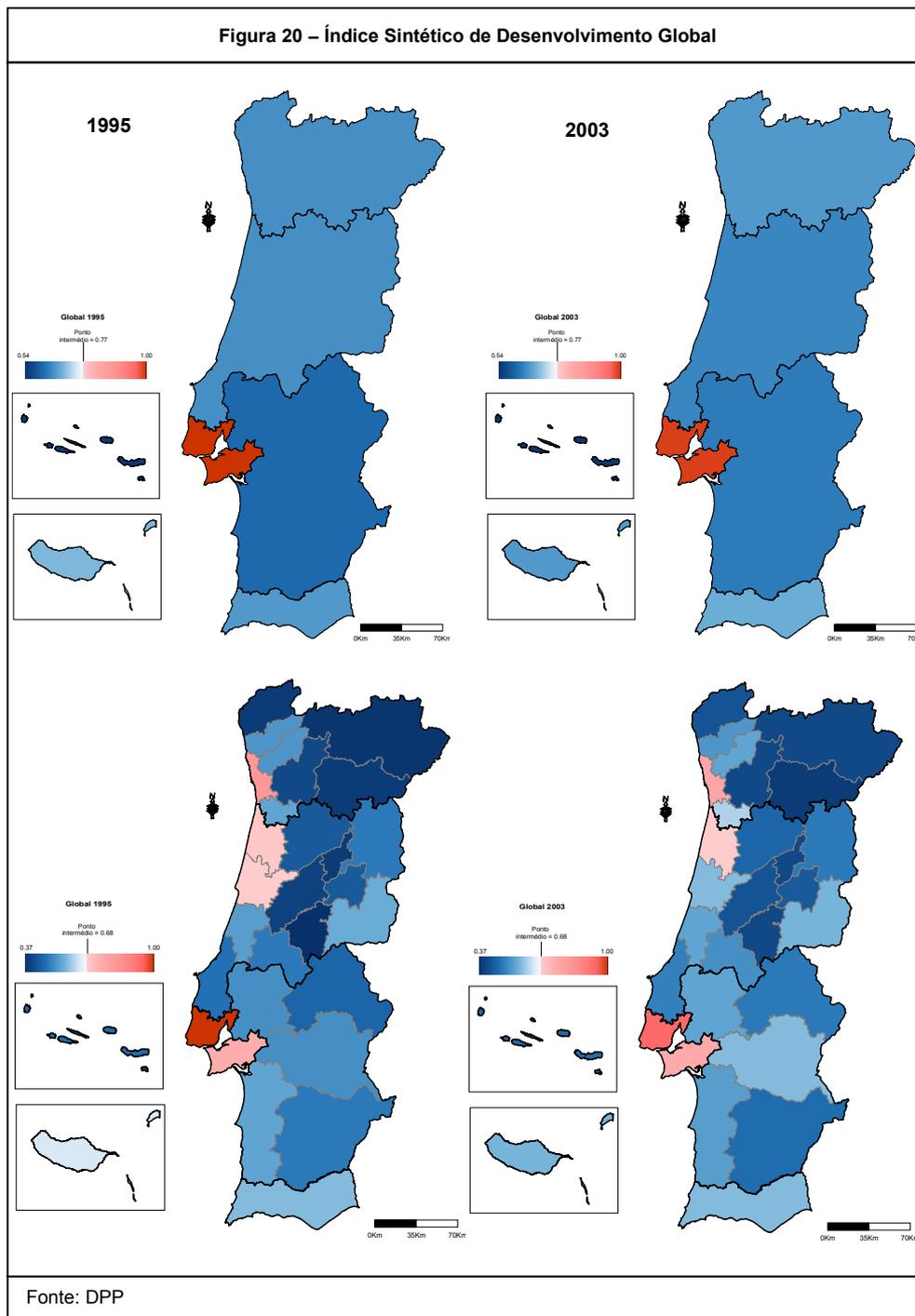


Figura 19 – Competitividade, Coesão e Dimensões Populacionais em 2003





5. CONCLUSÕES

Já Orlando Ribeiro referindo-se à geografia do território referia que, embora tratando-se de um território pequeno era também um território muito multifacetado. Quando se pode dizer que em termos de tempos de acesso o país se tornou ainda mais pequeno do que era nos tempos daquele eminente geógrafo, a diversidade, não apenas geográfica, mas também urbana e socioeconómica, que o caracteriza, tem vindo acentuar-se. Não são hoje tão claras as dicotomias litoral/interior e sul/norte, que tradicionalmente eram apontadas, no entanto, essas dicotomias permanecem embora em dimensões e matizes diferentes das tradicionais.

Deste modo, quando nos reportamos ao plano da coesão, pode-se efectivamente verificar que globalmente a coesão territorial aumentou no país, na medida, em que diminuíram as assimetrias no acesso aos bens públicos essenciais, e, nesse plano, foi evidente o surgimento de zonas emergentes nos territórios do chamado Interior e nas Regiões Autónomas. Todavia há que referir que esta emergência de novos pólos de dinamismo urbano, não corresponde a uma dinâmica de mercado sustentada, foi em grande medida um produto das políticas de disseminação territorial de equipamentos públicos de ensino e de saúde, que criaram emprego e rendimento nessas zonas, seja em termos directos, seja em termos indirectos através da dinamização dos mercados locais. Esta mudança da geografia económica do país tem, no entanto, duas fortes limitações:

- ◆ é muito localizada, não tendo dimensão para alterar qualitativamente as posições em termos de potencial produtivo das sub-regiões em que se inserem, apesar de nalguns casos, sobretudo, naqueles que se situam sobre os eixos de ligação viária a Espanha se terem registado dinâmicas interessantes de implantação empresarial; e,
- ◆ é muito dependente do Orçamento de Estado, o que se confirma pelo peso que as actividades de serviços prestados pelas Administrações Públicas têm nessas zonas, que em média superam em 50% o mesmo peso a nível nacional, pelo que não têm sustentabilidade futura.

Todavia, importa assinalar dois aspectos. O ganho de convergência processou-se num processo de perda de coesão por parte da sub-região líder (a Grande Lisboa). Para além disso, mesmo neste contexto de maior coesão do conjunto do território, nas próprias zonas mais desenvolvidas há ainda uma diferença muito marcante entre o Norte e o resto do país, na medida em que nessa região os graus de desenvolvimento no acesso aos bens públicos permaneceram, salvo algumas excepções, muito abaixo dos níveis médios do país apesar da evolução positiva registada.

Quando entramos no plano da competitividade, o país permanece ainda bastante dicotómico no sentido tradicional, tendo-se agravado globalmente as assimetrias. Sendo certo que, a par da Grande Lisboa e do Grande Porto, um conjunto de outras sub-regiões com pouca expressão em termos de actividade produtiva industrial e terciária ganhou competitividade, isso não foi suficiente para que o grupo de sub-regiões mais competitivas²⁴ deixasse de permanecer restrito à Grande Lisboa, ao Grande Porto, à Península de Setúbal e ao Baixo Vouga. Simultaneamente, algumas das sub-regiões com peso industrial relevante como o Cávado, o Ave, o Entre-Douro e Vouga, o Tâmega e o Baixo Mondego, perderam produtividade e competitividade, o mesmo sucedendo a algumas sub-regiões com peso nos serviços, como o Baixo Mondego, o Algarve e a Madeira.

No essencial o país continua assim a ser caracterizado por duas grandes regiões metropolitanas, com fronteiras difusas no centro do país²⁵, que apresentam significativos pesos industrial, terciário e exportador; duas outras regiões de alta densidade²⁶ mas com características mais específicas dado a sua grande orientação para o turismo (Algarve e Madeira); e o restante território que se caracteriza pela sua baixa densidade, embora com alguns pólos de média ou mesmo elevada densidade, neste último caso mais próximos do eixo litoral entre as regiões metropolitanas.

A região metropolitana do Norte é uma região mais caracterizada pela presença predominante das Indústrias de baixa e média baixa tecnologia, e a presença importante, embora inferior à de Lisboa, dos Serviços intensivos em conhecimento. Num outro plano de caracterização da indústria²⁷, nesta região predominam actividades com competitividade baseada na intensidade de trabalho e na intensidade de recursos. Trata-se, sobretudo no primeiro caso, do Portugal dos “Distritos Industriais” e da industrialização difusa, mais permeável aos novos contextos de globalização gerados pelo alargamento da UE a leste, a OMC e a entrada no mercado mundial de países como a China, e que mais está a sofrer com a deslocalização industrial, cujos efeitos não são ainda totalmente visíveis neste estudo, por se ter intensificado nos dois últimos anos. Relativamente a esta região, salienta-se, no entanto os sinais de crise que se manifestavam já no período de 1995-1999, traduzidos na antecipação da desaceleração do crescimento do VAB (em

²⁴ Com valores do índice acima do ponto intermédio do seu intervalo de variação.

²⁵ O Norte/Centro Litoral Norte e o Centro Litoral Sul/Grande Lisboa com incursões no Alentejo Central e Litoral.

²⁶ Segundo o conceito de densidade multidimensional apresentado por BAPTISTA, 1999.

²⁷ MARQUES, I., CHORINCAS, J., RIBEIRO, J. F., PROENÇA, M., (2003).

especial no próprio Grande Porto), quando no conjunto do país se estavam ainda em aceleração desse crescimento.

A grande região metropolitana de Lisboa caracteriza-se por uma maior incidência das Indústrias de alta e média alta tecnologia e dos Serviços intensivos em conhecimento, com competitividade mais baseada nas economias de escala, mas também com uma incidência da competitividade baseada na intensidade de recursos ao mesmo nível da região anterior, mas superior no caso das actividades com competitividade baseada na tecnologia e na diferenciação e no conhecimento²⁸. Esta região é, porventura, mais permeável ao alargamento europeu a leste e ao recentramento em Espanha de actividades com mercados à escala ibérica.

Nas regiões de forte especialização turística, as fragilidades da sua competitividade internacional, derivam em grande medida das alterações de preferências turísticas e do baixo custo de acesso a destinos mais exóticos decorrente da expansão das companhias aéreas *low cost*.

Nas sub-regiões predominantemente de baixa densidade, que também são afectadas pontualmente pelas deslocalizações de empresas, nalguns locais de industrialização difusa, a grande problemática resulta do esgotamento modelo de crescimento baseado na expansão do sector público e da escassez de escala (urbana, empresarial e de recursos) para o exercício competitivo de actividades transaccionáveis, o que impõe um recurso intensivo às cooperações a nível institucional e territorial.

Salienta-se, todavia que nas grandes regiões metropolitanas, e mesmo nas zonas de menor densidade, há “nichos” de competitividade em curso de desenvolvimento, ainda sem expressão para terem visibilidade macroeconómica, mas que constituem sinais de mudanças possíveis. Assim na grande região metropolitana do Norte²⁹, têm vindo a desenvolver-se valências científicas e tecnológicas, com destaque para as: Ciências biológicas, da saúde e Engenharia biomédica; Ciências da computação, tecnologias da informação e comunicações; Engenharia mecânica, tecnologias da produção e robótica; Biotecnologia e química fina; e, Ciências e tecnologias dos materiais, em especial as tecnologias e engenharias dos polímeros. Na região metropolitana de Lisboa, essas valências têm vindo a estruturar-se especialmente nas: Ciências da saúde; Ciências biológicas, biotecnologia e química fina; Ciências da computação, tecnologias da

²⁸ Estudo citado na nota anterior.

²⁹ Estudo citado na nota anterior.

informação e comunicações; Engenharia mecânica, tecnologias da produção e robótica; Ciências e tecnologias dos materiais; Engenharia civil; e, Ciências agrárias e zoológicas.

Em ambos os casos estão envolvidos nestes projectos não apenas laboratórios associados a Universidades, mas também empresas nacionais e multinacionais, com localizações em áreas urbanas como Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa, Almada/Caparica. A partir dos centros de excelência localizados naqueles dois grandes agregados territoriais podem vir a estruturar-se importantes alterações nos perfis de especialização produtiva daquelas regiões, com impactos globais no país e possíveis efeitos difusores sobre os restantes espaços, nomeadamente os dotados de instituições de ensino superior e de investigação, que podem servir de base para uma mudança qualitativa também nas regiões de menor densidade.

6. METODOLOGIA DOS ÍNDICES SINTÉTICOS

Para a obtenção dos índices sintéticos baseámo-nos no método da distância vectorial em relação à origem³⁰, com alguns ajustamentos de modo a obter a estrutura de índices apresentada na secção 4. Com base neste método, parte-se de uma matriz de regiões por indicadores³¹, o que significa que as variáveis representativas dos fenómenos que se pretendem integrar no índice estão já reduzidas a unidades espaciais, não havendo enviesamentos interpretativos em resultado das diferenças de dimensão das regiões.

O vector de cada uma das variáveis desta matriz é normalizado (normalização matemática), no sentido de o reduzir ao comprimento unitário, o que corresponde a reduzir todas as variáveis ao mesmo intervalo de variação e à mesma unidade (abstracta) de medida, eliminando-se assim os enviesamentos analíticos que resultariam do uso de diferentes unidades de medida das variáveis. O comprimento de cada um dos vectores regionais da matriz assim normalizada, constitui o índice sintético que nos posiciona cada região numa escala que vai de zero a um. O método aplica-se a cada um dos campos de análise.

No caso vertente, como se pretendia obter de forma integrada um índice de coesão (baseado em 10 variáveis) e um índice de competitividade (baseado em 11 variáveis)³², os

³⁰ PAELINCK E NIJKAMP.

³¹ Definidos de modo a se correlacionarem positivamente com o grau de desenvolvimento a apurar (coesão, competitividade e global).

³² Em boa verdade partiu-se de um maior número de variáveis, o qual todavia teve de ser reduzido de modo a eliminar as variáveis excessivamente correlacionadas, pois isso introduziria efeitos de duplicação de factores explicativos no índice.

índices obtidos nesta primeira fase foram divididos pelo número de variáveis consideradas em cada caso, de modo a evitar o enviesamento de resultados em favor do índice definido por um maior número de variáveis.

Seguidamente, o valor de cada um dos índices foi dividido pelo valor representativo do desempenho mais elevado, passando todos os índices a estar definidos em função da região e componente líderes. Deste modo obteve-se um índice que teoricamente varia entre 0 e 1, sendo 1 o valor da região líder na componente em que teve melhor desempenho, o que permite fazer a análise de desempenho regional simultaneamente numa perspectiva inter-regional (comparar cada par de regiões), inter-funcional (comparar o desempenho de competitividade com o desempenho de coesão) e inter-temporal (comparar o desempenho em 1995 com o desempenho em 2003).

Em relação ao índice global, não se procedeu à sua estimação com base na média dos índices parciais, mas aplicando o mesmo método à mesma matriz de base (com uma pequena correcção, eliminando uma de duas variáveis mais correlacionadas) de modo a obter-se uma matriz com o mesmo número de variáveis de coesão e de competitividade, o que, na prática significou que demos idêntica ponderação a estas duas dimensões funcionais.

A apreciação agregada dos processos de convergência/divergência foi feita com base na estimação dos desvios padrão associados a cada um dos índices em cada ano. Nos quadros seguintes, apresentam-se os indicadores que foram considerados respectivamente no Índice da Coesão e no Índice da Competitividade. No Índice Global considerou-se o conjunto dos indicadores utilizados nos índices anteriores, excepto o indicador “Taxa de urbanização 2”.

Quadro 1 – Indicadores relativos à análise da coesão

	Designação	Conteúdo	Ano de referência
1	Nível de escolaridade alcançado	Nº médio de anos de escolaridade da população activa	1995, 2003
2	VAB per capita	VAB/POP (1000 euros)	1995, 2003
3	Acesso à saúde	População residente em concelhos/freguesias com centros de saúde (%)	1997, 2002
4	Acesso à educação	População residente em concelhos/freguesias com equipamentos de educação (%)	1997, 2002
5	Acesso acção social	População residente em concelhos/freguesias com equipamentos de acção social (%)	1997, 2002
6	Acesso à cultura	População residente em concelhos/freguesias com equipamentos culturais e lazer (%)	1997, 2002
7	Ambiente	População residente em concelhos/freguesias com sistemas de tratamento de águas residuais (%)	1997, 2002
8	Grau de alfabetização	População alfabetizada/população residente (%)	1997, 2002
9	Taxa de emprego	Emprego/população potencialmente activa (%)	1995, 2003
10	Taxa de urbanização	População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes (%)	1995, 2003

Quadro 2 – Indicadores relativos à análise da competitividade

	Designação	Conteúdo	Ano de referência
11	Densidade populacional	Habitante por Km ²	1995, 2003
12	Índice de juventude	População com menos de 15 anos/população com mais de 64 anos	1995, 2003
13	Qualidade do capital humano	População com mais de 12 anos de escolaridade/população total*100	1995, 2003
14	Nível tecnológico	VAB gerado nos sectores intensivos em conhecimento e alta tecnologia, em %	1995, 2003
15	Grau de especialização em factores competitivos avançados	% VAB nas indústrias onde escala, diferenciação ou I&D são factores chave	1995, 2003
16	Orientação exportadora	EXP/VAB *100	1995, 2003
17	Taxa de urbanização 2	População residente em lugares com 10000 ou mais habitantes (%)	1995, 2003
18	Dimensão das actividades de suporte	Peso relativo das despesas em I&D nas entidades de suporte no PIB, (%)	1995, 2003
19	Produtividade global do trabalho	VAB/ETCT	1995, 2003
20	Inserção do tecido empresarial em actividades de I&D	Peso relativo das despesas em I&D das empresas no PIB, (%)	1995, 2003
21	Representatividade das actividades mercantis	VAB mercantil/VAB total	1995, 2003